

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIV Mensário, Fevereiro 1998 Nº272 Preço 140\$00

• **Acidente** O conselheiro nacional, José Noronha, sofreu um acidente de bicicleta. Depois de operado, está a recuperar.

página 7

• **Amnistia** A tortura ainda é usada em vários países. A Amnistia quer acabar com a sua prática.

página 12

• **Legislação** A partir deste número, o ELO passa a publicar as alterações legislativas. É a nova secção Direitos e Deveres.

página 11

• **Mensagem** A ADFA manifestou o pesar pela morte de Luísa Guterres junto do primeiro-ministro.

página 4



Email: adfa@mail.telepac.pt
Internet: <http://www.adfa-portugal.com>



PORTE PAGO

Direcção Nacional acredita chegada a altura dos políticos assumirem a execução das suas decisões

Ministro da Defesa recebe ADFA

página 16

Veiga Simão revela disponibilidade para resolver conflito

Propinas: isenção paga

Ultramar está na Internet

Memórias virtuais de uma guerra real

Na inauguração da nova secção do ELO dedicada à Internet, viaje através de uma página dedicada à memória da Guerra Colonial, construída para não repetir os erros do passado.



página 13

Delegação quer mais destaque

Porto descontente com jornal ELO

A Delegação do Porto considera que o jornal ELO não dá o devido relevo a determinados assuntos. A Direcção já escreveu um texto que tem como objectivo suprimir tal "lacuna" informando os associados dos eventos em causa.

página 8

Encontro na Aguda

Direcção Nacional reúne com delegações

Com objectivo de preparar o Conselho Nacional de 31 de Janeiro, a Direcção Nacional reuniu dia 17 com as direcções das delegações. A análise das actividades e do orçamento para este ano gerou um debate aceso.

página 6

A polémica da isenção de propinas para os filhos de militares mortos em combate, deficientes das Forças Armadas e filhos continua. Agora, com a entrada em vigor da nova Lei do Ensino Superior, a questão coloca-se não no direito à isenção mas sim na forma como os estudantes recebem o apoio do Estado, se antes ou depois de pagarem. Entretanto, Veiga Simão já se mostrou disponível para, juntamente com a ADFA, encontrar o "melhor procedimento administrativo" na resolução do conflito.

página 5

FOTO: IRL VASCONCELOS



Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645
Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Rui Vasconcelos,
Nuno Costa Gomes (norte)
Farinho Lopes (fotografia),
Maria José Carriço
(secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes
da Fonte, Carlos Mendes,
Hugo Guerra, Jaime Ferrer,
Jerónimo de Sousa, José Diniz,
José Maia, José Monteiro,
João Gonçalves, José Valente
dos Santos, Lia Katali,
Patuleia Mendes, Sá Flores.

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem

Miguel Peixe Dias

PRÉ-IMPRESSÃO

Grafibarra, Artes Gráficas, LDA
Quinta da Piedade, Lt.93-A 7ºC
2625 Póvoa Santa Iria
Tel./FAX: 956 62 63

MONTAGEM

Tipografia Escola da ADFA

Rua da Artilharia Um

1100 Lisboa

(Anexo do Hospital Militar Principal)

Tel. 385 35 93

IMPRESSÃO

Imprejournal Sociedade

de Impressão, SA

Av. Infante D. Henrique, 334

1990 Lisboa

Tel. 851 21 88

GRAVAÇÃO DO ELO SONORO

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

ASSINATURA ANUAL

1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares

Órgãos Sociais Nacionais eleitos (MAGN, DN, CFN e CN) para o triénio 1997-2000

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente.....Jorge Manuel Garrido Pardal Maurícion.º 208
1.º Secretário.....José Machado Dinisn.º 311
2.º Secretário.....António dos Santos Carreiron.º 1334

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente.....Humberto Sertório Fonseca Rodriguesn.º 150
1.º Vice-Presidente.....Augusto António Catarino Salgadon.º 6627
2.º Vice-Presidente.....João Manuel Sarmiento Coelhon.º 1868
1.º Secretário.....Carlos Alberto Santos Mendesn.º 1464
2.º Secretário.....Hugo António Constantino Guerran.º 10419
3.º Secretário.....Aires Dias de Oliveira Abrantesn.º 2370
Tesoureiro.....José Albino Assunção Gabrieln.º 437

CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente.....José Horta Carreiron.º 2928
Secretário.....António Cotrim Vianan.º 2429
Relator.....Otilio Pinguinha Calíçon.º 75
1.º Vogal.....Mário Alberto Feliciano Inácion.º 9272
2.º Vogal.....José Manuel Farinho Lopesn.º 839

CONSELHO NACIONAL

Ao Conselho Nacional concorreram duas listas: A e B. Nos termos dos Estatutos

da ADFA e do Regulamento Eleitoral "a conversão dos votos em mandatos faz-se de harmonia com o método da proporcionalidade directa" (art.º 22 do Regulamento Eleitoral).

A LISTA A ELEGU NOVE CONSELHEIROS

Manuel Lopes Diasn.º 379
Cândido Manuel Patuleia Mendesn.º 519
José Luís Rodrigues de Noronhan.º 1625
Manuel Rocha Ferreiran.º 3144
Luís de Almeida Machadon.º 11534
Jaime Ferrer de Gusmão Gonçalvesn.º 2420
Luís Baltazar Simões Ribeiron.º 65
João Matias de Vasconcelosn.º 590
Silvio Ferreira Marques Lourençon.º 8132

A LISTA B ELEGU TRÊS CONSELHEIROS

António Guerreiro Calvinon.º 5
José Martins Maian.º 244
Joaquim Mano Póvoasn.º 252

Os restantes candidatos não eleitos são suplentes pela mesma ordem que se encontram nas respectivas listas e substituirão os efectivos no caso de impedimento destes.

Informações

Óculos com desconto

Mediante a apresentação do cartão de beneficiário da ADMA - a Optocentro - Óculos e Lentes de Contacto, Lda, situada na Avenida António Augusto de Aguiar, 24 - 1.º Esq. 1050 Lisboa, oferece 20 por cento de desconto em armações, lentes normais e lentes de contacto.

Vidros mais baratos

Todos os associados com as quotas em dia podem beneficiar de um desconto de 20 por cento, na aquisição de vidros, espelhos, acrílicos e resguardos para a banheira, mediante a apresentação do cartão de sócio, na firma José Manuel Ferreira Abrantes - Estrada de Coselhas - Lote 10 - Telef. 40 49 00.

Quotas na Madeira

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores a Delegação da Madeira, procederá ao pagamento de quotas por transferência bancária, aos pensionistas Deficientes das Forças Armadas (só cartão de risca vermelha), no dia 20 de Fevereiro. A importância a debitar é de 6.900 escudos e refere-se ao pagamento das quotas do corrente ano.

Pesca no Mondego

O XX Concurso de Pesca Desportiva de Rio - ADFA Coimbra - no Rio Mondego que se realiza no dia 22 de Fevereiro (ver agenda) oferece vários prémios. No escalão de seniores individuais os concorrentes poderão ganhar quatro bicicletas de montanha, quatro anzóis em ouro, quatro peixes em ouro, 12 canas em

Férias 1998

Já está disponível na Sede da ADFA, em Lisboa, e em todas as delegações a programação de actividades de férias e repouso do Instituto de Acção Social das Forças Armadas para este ano, nos centros de apoio social de Oeiras, Runa e Porto Santo. No Centro de Oeiras, o primeiro turno começa em 27 de Fevereiro; no Centro de Runa, começa no dia 25 e no Centro de Porto Santo a 6 de Fevereiro. Os turnos têm a duração de 11 a 14 dias completos, conforme os centros. Os interessados deverão entregar o boletim de inscrição na Divisão de Participações Financeiras, até ao dia 15 do mês anterior ao início do turno pretendido. O início dos turnos começa a contar a partir da segunda refeição, inclusivé, e o fim dos turnos verifica-se após a primeira refeição.

prata, 12 anzóis em prata e 24 taças ou troféus. Existem também prémios para os pescadores juniores, juvenis e do sexo feminino. O Concurso desta edição conta com os patrocínios da Ourivesaria Silva, do Centro Velocipédico de Sangalhos, do Celfat - Baia e do INATEL.

Campismo em Coimbra

A partir de Janeiro de cada ano a Secção de Campismo disponibiliza selos para renovação de cartas, para todas as delegações e Sede Nacional, o que permite uma rápida resposta a todos os associados/campistas. Poderão ser portadores da carta de campista nacional e internacional, todos os associados solidários estatutariamente, bem como os seus familiares, bastando para tal requisitá-las, na Sede Nacional e nas delegações da ADFA ou contactando directamente a Secção de Coimbra. Para a emissão de carta de campismo são necessários os seguintes documentos: Bilhete de identidade; duas fotografias; cartão jovem para beneficiar de um desconto de 20 por cento; bilhete de identidade do conjuge, se for esse o caso; morada actual e completa; profissão; telefone; nº de associado, ou do seu familiar, grau de parentesco e Dele-

gação a que pertence (bilhete de identidade e cartão jovem, apenas a fotocópia). Para as renovações torna-se indispensável o bilhete de identidade, nº de telefone e morada correcta, bem como o pagamento de quotas (se necessário). Avisam-se todos os associados que já se encontram disponíveis, na Sede Nacional e nas Delegações, os selos para renovação das cartas de campismo.

Futebol de Cinco

A ADFA está a implementar uma equipa de futebol de cinco aberta a todos os sócios e filhos. Os interessados poderão inscrever-se no Departamento de Animação Cultural, Desporto e Lazer, na Sede, através do seguinte contacto: Armindo Roque, (01) 757 05 02 ext. 228

Ténis de Mesa

Todos os sócios, familiares e amigos que queiram inscrever-se nos torneios de Ténis de Mesa e de Remo Indoor, a realizar, dia 14 de Fevereiro, podem fazê-lo no Departamento de Animação Cultural Desporto e Lazer, contactando Armindo Roque, ou pelo telefone (01) 757 05 02, ext. 228, até ao dia 9 de Feve-

reiro. Os torneios têm como objectivo a recreação e a sensibilização para a prática desportiva. O evento conta com a colaboração do Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora, da Federação Portuguesa de Remo e da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Cegos com acesso à Internet

A Siemens Nixdorf alemã, em conjunto com a C-Lab Research, desenvolveu um computador PC Multimédia com um sistema informático que permite aos cegos terem acesso ao imenso mundo da Internet. O sofisticado equipamento multimédia apresenta-se munido de uma linha de Braille e com uma saída de voz. A fim de facilitar a sua utilização, a Siemens Nixdorf converteu em texto e traduzido para Braille toda a informação gráfica do utilizador, sendo as entradas efectuadas por voz ou via teclado. Com este primeiro passo - já que a marca de software e hardware promete mais novidades para o futuro -, abriu-se uma janela do mundo da Internet aos invisuais, até agora esquecidos ou relegados para planos secundários.

Rastreio na ADFA

Os serviços médicos da ADFA estão a realizar, gratuitamente, um rastreio ao colesterol total e à próstata a indivíduos com mais de 45 anos. Pelo facto de não existir ainda uma data, os interessados poderão inscrever-se durante este mês. Todos aqueles que já o fizeram serão informados telefonicamente do dia do rastreio pelos serviços médicos da Associação.

• **1.º sábado de cada mês**
A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações, e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone: (066) 81 586 ou para o telefone da Delegação de Évora: (066) 23 473

• **1.º 5.ª feira de cada mês**
21h00, a Direcção da Delegação de Famalicão reúne ordinariamente

• **14 Fevereiro**
Torneio de Ténis de Mesa, na Sede Nacional, Avenida Padre Cruz, com a seguinte programação: 9h30 - Recepção dos participantes; 10h00 - Início do Torneio de Ténis de Mesa; 12h30 - Encerramento; 13h00 - Almoço; 14h30 - Recepção dos participantes; 15h00 - Início do Torneio de "Remo sem Limites"; 18h00 - Encerramento. O almoço será servido entre as 12h30 e as 14h00 pelo preço de 800 escudos.

• **22 Fevereiro**
XX Concurso de Pesca Desportiva de Rio - ADFA Coimbra - no Rio Mondego, nas seguintes zonas: Choupalinho; Choupal; São Silvestre. As inscrições estão abertas a todos os pescadores desportivos. Os interessados podem inscrever-se, das 9H00 às 19H00 até ao dia 20 de Fevereiro através dos seguintes contactos: Telefone 039 - 27712 Fax 039 38913

• **27 Fevereiro**
20h30, reunião da Direcção Nacional com os associados, no auditório da Sede, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) reivindicações legislativas 2) informações gerais.

O ELO corrige

• Por lapso, na primeira página da edição anterior do ELO, na chamada referente ao prémio Nobel (no cabeçalho), onde se lê "iniciativa premiada", deveria ler-se "iniciativa premiada".

• Na edição de Dezembro, o ELO, dando conta da não publicação correcta da composição do Conselho Nacional, de imediato escreveu ao cabeça de lista da Lista B autónoma ao CN, António Guerreiro Calvino, apresentando desculpas e informando que iria proceder à rectificação do erro na edição de Janeiro. No entanto, por lapso, tal não aconteceu e só no presente número (neste página) é corrigida a falha. Pelo sucedido, apresentamos as nossas desculpas.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.
António Manuel Romero
José Quipaca
Manuel Frade Guerra
João Carlos Carreira Lopes Pinto
Manuel Bacelar Oliveira
Manuel de Paiva Protasio Matias
Joaquim Fernandes Jacinto
António Pereira Rodrigues
António Filipe Ginja
João José Correia Freire
Manuel dos Santos Marques
Manuel Simões de Almeida
Fernando Carroça Nunes
Fernando Salvador da Silva Pinto
Sérgio Paulo Vieira Menino
Vitor Filipe Nogueira Matias
Manuel de Oliveira
José Duarte Nunes de Jesus
António Alberto Felizardo Macedo

Editorial

Expectativa



António Carreiro

A medida que o tempo passa os associados vão ficando cada vez mais impacientes pelo "pacote" legislativo que se aguarda.

Já há meses que os projectos de diplomas se encontram na Secretaria de Estado do Orçamento para parecer, sendo urgente desbloquear tal situação.

A Direcção Nacional acaba de ser recebida pelo novo Ministro da Defesa Nacional, manifestando o interesse pessoal deste na resolução não só destas questões como nas restantes que ainda não figuram em projectos de decreto-lei.

O abaixamento do grau de incapacidade de 70 para 60 por cento para os grandes deficientes em serviço, a possibilidade de revisão do grau de incapacidade a todo o tempo, a permissão do exercício de funções públicas com a consequente acumulação de indemnizações e vencimentos e daquelas com pensões, a protecção do agregado familiar do deficiente por morte deste e a alteração das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações são medidas indispensáveis de um reconhecimento e reparação, que a Nação tem em dívida, que se integram nos princípios da reabilitação, e integração profissional, familiar e social e que ao Estado incumbe promover.

Este "pacote" legislativo, cuja justiça é inquestionável, visa a resolução de problemas sentidos e vividos no dia a dia pelos deficientes em serviço, sendo absolutamente prioritário que o Governo, na sequência das sérias expectativas criadas, o faça publicar quanto antes. Saúda-se assim o empenho pessoal do Senhor Ministro, confiantes que estas medidas, há tanto aguardadas, sejam rapidamente concretizadas.

É compreensível a insatisfação e impaciência dos associados após tanta espera e promessas de resolução, agravando-se com atitudes que até põem em causa direitos pacificamente aceites ao longo do tempo, como é o caso das propinas que a Lei do Financiamento do Ensino Superior veio questionar.

Não cessam as reclamações, porquanto os deficientes militares isentos do pagamento de propinas se vêem confrontados com um direito a isenção mas tiveram já de pagar e não sabem quando irão receber.

A ADFA animada pelo empenho e participação dos associados pretenderá, assim, uma atenção renovada aos problemas dos deficientes das Forças Armadas.

Grande Plano



As memórias que fazem História

Jaime Ferreri

Era um bandoleiro há um quarto de século. Assim passava a imagem oficial sobre este homem que um dia resolveu erguer para si e para os seus a Pátria que sentiu herdada e que cada vez mais via amarfanhada e ocupada. O regime caído pela revolução de Abril nunca soube perceber que era chegado o momento de diálogo; nunca soube entender como este seria fácil. A língua em que se teceriam os argumentos era a mesma. A cultura lusitana também habitava o coração do guerrilheiro. Amílcar Cabral estudara em Lisboa e tinha um rigoroso conceito de cidadania.

Mas para o regime a Guiné-Bissau seria a primeira "parcela" do império a desmoronar-se; Portugal acabava a sua influência em África e os múltiplos argumentos que a tornavam pátria multirracial deixavam de ter sentido mesmo para aqueles que os defendiam e à custa deles viviam. O país teve mais que tempo para acertar...

Em vez disso deixou que a discórdia se espalhasse em África. Pagamos hoje (e de que forma, no corpo e no espírito) essa loucura que nos levou às colónias, que nos fez criar inimigos, que nos povoou de ódio em cada desembarque a caminho do hospital.

Sentimos hoje uma revolta profunda pelo logro da chacina; afinal, do outro lado, existiam homens de corpo inteiro que sabiam respeitar o adversário. Muitos depoimentos, documentos vários, memórias que fazem história, mostram-nos que Amílcar Cabral, brutalmente assassinado há vinte e cinco anos, seria o cidadão ideal para Portugal iniciar em África a via do diálogo.

Mas Portugal não soube aprovei-

que parece desistir de encontrar os culpados.

Vai sendo tempo de cruzar os caminhos da memória, de juntar os documentos, de expurgar de pudores as verdades oficiais que alimentam este país e os outros países (lusiadas pela língua escolhida e pela cultura que marca) que em África iniciam a caminhada.

De ambos os lados todos sabemos que há grandes feitos e também coisas barbaridades. Combatentes de outros tempos sentam-se agora à mesma mesa, discutem as mesmas necessidades de futuro, ensaiam caminhadas conjuntas. Olham-se na alma, revêm-se na compreensão. Os olhos que faltam, as pernas e os braços que voaram nas minas, já não são motivo de ódio nem perda de energia por raiva incontida. A história tem de rever-se também na verdade destes homens, uma verdade que permutam e os aproxima.

Os baús ainda estão cheios de "lembranças", fotografias, aerogramas. A televisão, há vinte e cinco anos, trazia por cada natal "o adeus até ao meu regresso". Hoje, precisa de mostrar como foram esses regressos, como se enquadraram na vida estes homens, como suportaram a dor que desembarcou com eles para muitos mais dolorosa que a própria dor do embarque.

E teremos a história. A história da memória de Amílcar Cabral, assassinado por agentes a soldo, da memória dos muitos amigos (Zecas, Jardins e Larangeiras) que a soldo e por causa nunca entendida também morreram. Nós, os que ficamos, queremos ser apenas as testemunhas. Reclamamos esse direito.

tar o seu real valor. Fez introduzir os seus esbirros no próprio movimento que Amílcar Cabral liderava, ensaiou na Guiné o mesmo estilo de traição que recebemos do início ibérico desta parcela e que um dia chegaria a nação. Só à traição Sertório sucumbiu... só à traição foi possível eliminar os que em carácter se distinguiam.

Vinte e cinco anos depois as "verdades oficiais" não coincidem com o rigor da história e da verdade. Há como que uma responsabilidade múltipla, como que uma forma de diluir entre gente menos responsável um crime que a história não deixa impune mas

Episódios



Uma réstia de Sol

José Diniz

Na crónica do último número evoquei as figuras femininas da mãe, da esposa, da namorada, da madrinha de guerra que povoaram os nossos sonhos africanos e quantas vezes nos aguentaram nas horas de desespero e foram a nossa razão de viver.

Além destas que nos acompanharam mais assiduamente em espírito, outras mulheres houve que, em determinadas circunstâncias, também apareceram a dar-nos alento e a tratar de nós.

Quem andou na guerra em Moçambique e, por ferimentos ou doença, esteve internado no Hospital Distrital de Tete, lembra-se, com certeza, das religiosas, na sua maioria espanholas, que garantiam o serviço de enfermagem. Foi para lá que fui evacuado quando fui ferido e foram estas mulheres que, com competência, desvelo e carinho me trataram e evitaram a amputação de uma perna. Foram estas mulheres que, a par do tratamento do corpo, me animaram o espírito e ajudaram a reencontrar o sentido da vida. Com verdadeiro espírito cristão a todos atendiam com igual solicitude não olhando à cor da pele nem se o ferido era das NT (nossas tropas) ou do IN (inimigo). Ainda hoje recordo com saudade e gratidão essa equipa de freiras que, com meios limitados, operavam autênticos milagres, salvando vidas e consertando corpos. E a preocupação pelos seus doentes era tal que, passados meses, uma delas, salvo erro a Irmã Marta, de passagem por Lisboa, foi visitar-me ao Hospital Militar Principal.

Não tornei a saber destas religiosas, nem se continuaram em Moçambique após a independência. Era bom que tivessem ficado, mas lá ou em qualquer parte do mundo a acção de pessoas como estas é preciosa e um contributo sem tamanho para a cura dos corpos e dos espíritos e para a humanização das relações entre as pessoas.

Tal como das mães, das esposas, das namoradas e das madrinhas de guerra, delas também não rezará a grande História, mas todos os que na desventura tiveram a sorte de encontrar pessoas como estas, jamais esquecerão a réstia de sol que os voltou a iluminar.

No caos e na brutalidade da guerra, mulheres como estas foram verdadeiros anjos de paz que se cruzaram nas nossas vidas, seres quase sobre-humanos que nos arrancaram das garras da morte, autênticas heroínas na luta contra os males deste mundo.

Esposa do primeiro-ministro faleceu em Londres

ADFA envia telegrama de condolências a António Guterres

POUCAS HORAS após o conhecimento da morte da mulher do primeiro-ministro, a Direcção Nacional da ADFA enviou a António Guterres um telegrama de condolências pelo falecimento da sua esposa, expressando a solidariedade da Associação pela "enorme perda sofrida". Luísa Amélia Guterres faleceu dia 28 de Janeiro, vítima de insuficiência hepática, em Londres, no Royal Free Hospital, onde se encontrava em tratamento na sequência da rejeição de um transplante do fígado, feito também naquela ci-

dade em Março do ano passado.

Apesar de conhecido há muito pela maioria dos órgãos de comunicação social, o estado de saúde de esposa do primeiro-ministro só foi divulgado pela imprensa depois do gabinete de António Guterres o ter feito. No entanto, o anúncio do cancelamento da visita do chefe do Governo a Viena e a Budapeste, no dia anterior ao falecimento de Luísa Guterres, veio confirmar que a sua mulher atravessava momentos delicados.

A saúde débil da esposa do primeiro-ministro justificava igualmen-

te as poucas aparições públicas ao lado de António Guterres, quer na campanha eleitoral para as legislativas, quer já na qualidade de chefe de Governo. Apesar da doença, nos últimos meses, Luísa Guterres esteve presente na campanha eleitoral para as autárquicas, apoiando a candidata do Partido Socialista à Câmara de Sintra, Edite Estrela, após ter assistido ao "Natal dos Hospitais", no final de 1997. Este ano, esteve ao lado do marido ao receber, na residência oficial de São Bento, um grupo de cantadores das Janeiras.

Nascida a 1 de Setembro de 1946, no Porto, na freguesia de Ildefonso, Luísa Guterres há muito que lutava contra a doença. Médica psiquiatra de profissão, Luísa Amélia Guimarães e Melo casou há 25 anos com António Guterres, em Lisboa, na igreja da Luz, numa cerimónia celebrada pelo padre franciscano Vítor Melícias. Do matrimónio nasceram dois filhos, Pedro, de 22 anos, licenciado em Economia, actualmente a estagiar nos Estados Unidos da América, e Maria, de 12, estudante do ensino secundário. ●

Futebol na Europa promove campanha

UEFA na luta contra minas antipessoais

A UEFA, o órgão que superintende o futebol no continente europeu, juntou-se à Cruz Vermelha Internacional com vista a desenvolver uma forte campanha publicitária contra o uso de minas antipessoais, arma que tem marcado tragicamente milhares de pessoas em todo o mundo.

Com o intuito de tornar esta campanha mais mediática e, ao mesmo tempo sensibilizar as pessoas para este problema, aquele organismo preparou dois "spots" televisivos com imagens de choque. Um que irá ser apresentado durante a campanha para o Europeu do ano 2000 e outro para os jogos da Champions League, a Liga dos Milionários.

O pontapé de saída foi dado no passado dia 19 de Janeiro, em Ghent, na Suíça, aquando do sorteio da fase qualificação para o Euro'2000, em que Portugal ficou no Grupo 7, juntamente com a Romé-

nia, Eslováquia, Hungria, Ljchtenstein e Azerbaijão.

Perante os números apresentados pelo vice-presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Eric Roethlisberger, em cada hora que passa três pessoas são vítimas das minas escondidas no chão dos teatros de guerra. As que têm a (in)felicidade de não morrerem ficam marcadas para sempre, sofrendo danos, na maioria das vezes, irreparáveis.

No discurso de apresentação e lançamento da campanha, aquele responsável da Cruz Vermelha Internacional realçou que "é preciso incentivar a prevenção e a assistência às vítimas".

Apologista da proibição do fabrico, venda e uso de tais engenhos, Eric Roethlisberger agradeceu o apoio pela UEFA, que contribuiu para a criação de duas clínicas ortopédicas, uma na Geórgia e outra no Ghandá. ● NCG



Mesmo depois das guerras as minas continuam a fazer vítimas

Campeonato Nacional de remo "indoor" no Porto

Atletas deficientes representam meia centena de associações

REALIZOU-SE no passado dia 18 de Janeiro, em Gondomar, o 6.º Campeonato Nacional de remo "indoor", que teve lugar no pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Valbom, que encheu para ver os cerca de 600 atletas participantes. Paralelamente, decorreu a competição para deficientes, que juntou 140 atletas, em representação de cerca de 50 instituições, vin-

das dos vários cantos do país. Um aspecto que não é mais do que o espelho do carácter abrangente, que só por si define o remo "indoor".

Já na sua VI edição, o distrito do Porto assistiu pela primeira vez a uma competição de remo em pavilhão, organizada pelo Clube Naval Infante D. Henrique e com o apoio da Federação Portuguesa de Remo, estiveram presentes, no mesmo ce-

nário virtual, remadores consagrados, simples anónimos e atletas deficientes.

Para esta "indoor", o pavilhão da Escola Secundária de Valbom foi transformado num autêntica pista de remo virtual, com 60 aparelhos de "Concept II", que permitiram uma melhor articulação entre o aquecimento, as mangas e as finais.

Com um tempo limite de cinco

minutos, em que os atletas que tinham que percorrer o maior número de metros, estiveram representadas várias associações de protecção aos deficientes: Centro de Deficientes da Areosa, AFID, APPACOM de Gaia, LPDM, MADI, CFP, CERCILEI, APDA, APPACDM, ACAPO, CERCEN de Galitos, Cerci Lisboa e APPACDM de Viana do Castelo. ● NCG

Comité paralímpico europeu reunido em Lisboa

A PRIMEIRA reunião oficial do executivo do Comité Paralímpico da Europa (EUROPC), eleito para o mandato 1998/2001, realizou-se em Lisboa entre 16 e 18 de Janeiro. A sessão oficial de abertura contou com a presença de várias individualidades ligadas ao desporto e à reabilitação e integração da pessoa de-

ficiente. Este primeiro encontro decorreu num clima de franca cooperação entre os seus intervenientes, recolhendo uma apreciação positiva unânime.

Um dos pontos mais importantes agendados para a reunião em Lisboa foi a discussão dos primeiros Estatutos do Comité. Além dis-

to, em cima da mesa estiveram ainda o plano de marketing, a hipótese de criação de um Web Site (página da Internet) do EUROPC, bem como a análise de várias candidaturas à organização de Campeonatos da Europa e outras competições Internacionais.

O Comité Paralímpico da Europa

teve a sua fundação em 1993, como organismo do Comité Paralímpico Internacional — IPC, para o espaço europeu. O EUROPC nasce depois dos países da Europa terem deliberado, durante a última Assembleia Geral do IPC, a constituição de um Comité Paralímpico Europeu com autonomia e personalidade jurídica. ●

Revista de Imprensa

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
14 de Janeiro de 1998

"A Associação Nacional das Farmácias (ANF) vai abdicar da sua margem comercial na venda de seringas e agulhas para os diabéticos. Uma medida que permitirá ao Ministério da Saúde distribuir estes produtos gratuitamente aos doentes. Aliás, o objectivo da proposta feita pela tutela e agora aceite pelas farmácias era mesmo esse. O prazo de concretização só dependerá da resposta de outros intervenientes neste acordo."

PÚBLICO
16 de Janeiro de 1998

"Ramom Sampedro, o tetraplégico galego que, desde 1993, travou uma batalha legal com a justiça espanhola para que fosse ajudado a morrer, tomou cianeto. Segundo a autópsia, conhecida na quarta-feira, foi aquele veneno que o levou à morte, na madrugada de segunda-feira: ontem à tarde, fontes judiciais admitiam a eminente prisão de pessoas que poderiam ter fornecido a Sampedro o cianeto para, de acordo com a sua vontade, por fim a uma vida de sofrimento."

CORREIO DA MANHÃ
19 de Janeiro de 1998

"A criação de um centro de apoio médico e técnico para as pessoas que usam o implante coclear — um dispositivo electrónico que permite desenvolver a audição às pessoas com surdez profunda — foi defendida, em Fátima, no 1.º Encontro Português de Apoio a Implantes Cocleares (APAIC)."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
20 de Janeiro de 1998

"As experiências subjectivas do doente em coma são semelhantes às vivências próximas da morte (EPM). Com a diferença de que, enquanto as primeiras estão ligadas a situações dolorosas, deixando muitas vezes sequelas psicológicas, as segundas causam, na generalidade, uma recordação agradável. A menos que se faça uma bad treap (má viagem), como tantas vezes aconteceu aos que se meteram pelo LSD."

Regime especial de isenção de propinas está sem regulamentação

ADFA pede intervenção do ministro da Defesa

Nuno Crespo

A polémica da isenção de propinas para filhos de militares mortos em combate ou de deficientes das Forças Armadas continua. Agora, com a entrada em vigor da nova Lei de Financiamento do Ensino Superior Público, a questão coloca-se não no direito à isenção mas sim na forma como os estudantes recebem o apoio do Estado: se antes, se depois de pagarem. Descontente com o procedimento de alguns estabelecimentos de ensino, a ADFA já pediu a intervenção do ministro da Defesa, Veiga Simão, na regulamentação do regime especial de isenção.



Com a nova Lei do Ensino Superior o regime especial de isenção de propinas volta a estar em causa

A Direcção Nacional da ADFA pediu ao ministro da Defesa, Veiga Simão, intervenção pessoal no caso da isenção de propinas do ensino superior para os filhos de militares mortos em combate, deficientes das Forças Armadas e filhos. A decisão dos responsáveis da Associação surge na sequência do elevado número de queixas de sócios a denunciar a recusa de isenção de propinas por parte de algumas universidades, institutos superiores e politécnicos após a entrada em vigor da última Lei de Financiamento do Ensino Superior, aprovada a 16 de Setembro do ano passado.

No fundo, a Direcção da ADFA quer a ajuda do ministro para apressar a publicação do diploma que regula o regime especial, pois, de acordo com o previsto na nova Lei, este tem que ser publicado no prazo máximo de 180 dias, ou seja, até Março. Uma espera demasiado longa, para repor a isenção de propinas que, entretanto, os estudantes com esse direito têm que pagar. As queixas apre-

sentadas pelos sócios surgem após algumas instituições de ensino exigirem o pagamento das propinas, independentemente de reconhecerem o direito à isenção estipulado pelos decretos-lei 358/70 e 43/76. O problema não é recente mas a nova Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior Público coloca-o novamente em cima da mesa, embora de maneira distinta: agora a questão já não está no direito à isenção, ou na falta dele, mas sim na forma como o pagamento das propinas se processa.

Para resolver a situação, as universidades e institutos informaram os estudantes de que estes se devem dirigir ao Ministério da Defesa para pedir o reembolso do valor das propinas. Situação que a ADFA espera ver clarificada com a regulamentação do novo diploma.

Na carta enviada a Veiga Simão, a que o ELO teve acesso, os responsáveis da Associação, além de alertarem para o "processo burocrático que, na prática, pode inviabilizar o exercício

do direito à isenção de propinas, referem que este procedimento é "contralegem já que retira a natureza jurídica de isenção ao próprio direito", pois o estudante tem de pagar e posteriormente requerer o subsídio, anulando de imediato a natureza de isenção.

No entanto, a Direcção Nacional, e apesar de considerar que esta interpretação "corresponde, na prática, à revogação dos diplomas decretos-lei 358/70 e 43/76" (e que a nova Lei de Financiamento do Ensino Superior Público mantém em vigor), ao criar uma situação jurídica nova, o direito a um subsídio, defende que a "interpretação correcta da Lei é que o processo de isenção de propinas deva ser elaborado nos estabelecimentos de ensino superior". Ou seja, devem ser as instituições de ensino a solicitar os respectivos montantes junto do Ministério da Defesa.

Para os dirigentes da ADFA, a regulamentação prevista e ainda não publicada "é, neste aspecto, muito urgente", de forma a "clarificar toda a

situação, dado que os estudantes se encontram num impasse", uma vez que estes tinham que liquidar a primeira prestação das propinas até ao final do ano passado.

Polémica antiga

Com a recente entrada em vigor da nova Lei, reacendeu-se uma questão que desde 1991 tem causado polémica - a existência de regimes especiais - só que agora de forma diferente. Em 1991, um parecer da auditoria jurídica do Ministério da Educação defendia a revogação do decreto-lei 358/70 por força de um artigo do decreto-lei 132/80 que determina que "os diversos tipos de auxílios económicos ou de serviços a prestar pelos serviços sociais" seriam determinados pelo ministro da Educação e da Ciência. Um ano depois, outro parecer da mesma auditoria invoca a revogação do decreto-lei 358/70 por incompatibilidade com dois artigos da Lei 20/92 (que estabelece normas sobre o sistema de propinas).

Na altura, para resolver o conflito, o

Ministério da Educação pediu um parecer à Procuradoria Geral da República que concluiu que a Lei 20/92 "é uma 'lei geral' que deixou intocadas as situações especiais previstas em diplomas (...) que consagram isenções de propinas independentemente da situação económica do beneficiado". Os decretos-lei 358/70 e 43/76 mantêm-se em vigor porque estes se ocupam de "situações diferentes, onde o fundamento para a isenção de propinas se radica não na carência económica mas antes na assumida obrigação de retribuir os serviços relevantes prestados à Pátria".

Apesar disto, a polémica não ficou por aqui e dois anos mais tarde com a publicação de Lei 5/94 a questão reacendeu-se com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas a recomendar aos estabelecimentos de ensino superior a não aplicação do regime especial de isenção de propinas por entender que a Lei de 5/94 a havia revogado. Todavia, o parecer da Procuradoria foi reafirmado e a validade dos diplomas que conferem a isenção manteve-se.

Já no início de 1996, surge outra Lei que suspende as anteriores e mais uma vez o problema quanto ao direito de isenção do pagamento de propinas para os filhos de militares mortos em combate, deficientes das Forças Armadas e filhos surge em alguns estabelecimentos de ensino superior. A situação é então ultrapassada através de um despacho do secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, que reitera o direito à isenção de propinas dos estudantes que cumpram os requisitos estabelecidos nos diplomas, considerando que a Lei de 1/96 é também ela uma "lei geral" não pondo em causa os regimes especiais.

Contactado pelo o ELO, o Departamento Jurídico da ADFA sublinha que a isenção de propinas no âmbito dos decretos-lei 358/70 e 43/76 "continua a vigorar, como apoio específico aos estudantes destinatários dos diplomas". O apoio consiste na atribuição de um subsídio de valor igual ao da propina, que o estudante está obrigado para com a instituição de ensino onde está matriculado.

Segundo o que o ELO apurou, e em resposta à carta enviada a Veiga Simão, o Ministério da Defesa já informou a ADFA que está disponível para em conjunto com os responsáveis da Associação encontrar o "melhor procedimento administrativo" de forma a ultrapassar a situação existente. •

COMUNICADO

A todos os clientes e amigos

ORTODUQUE

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

ORTODUQUE

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA.

Abriu em Lisboa, mais uma Ortopedia a "ORTODUQUE", na Av. Duque de Loulé, 75 - A - Telefone **357 26 36** (junto ao Marquês de Pombal), onde serão executados todos os tipos de próteses, ortóteses e seus similares.

A ORTODUQUE está equipada com os melhores e mais modernos equipamentos, quer em conforto e segurança, quer em tecnologia, e dispõe ainda de um espaço de venda ao público (atendimento personalizado) onde encontrará todo o tipo de artigos de ortopedia (calçado e meios auxiliares de correção e compensação), com uma equipa de técnicos bem conhecidos de V. Ex^{as}, nomeadamente o Senhor José Manuel, ex-colaborador do Centro Europeu de Ortopedia, o Senhor António Costa, ex-colaborador da Ortopedia dos Anjos, e como coordenador o Senhor Vítor Manuel (Manel), ex-sócio gerente da Ortopedia dos Anjos.

A ORTODUQUE agradece desde já a V. Visita.

Os sócios/Técnicos



O debate do orçamento gerou protestos e intervenções mais quentes, como a do presidente de Famalicão, Anquises de Carvalho (foto da direita)

Direcção da ADFA e responsáveis das delegações reunidos na Aguda

Orçamento para 1998 origina polémica

COM VISTA a preparar o Conselho Nacional da Associação, que se realizará no dia 31 de Janeiro, decorreu dia 17, na Colónia de Férias da Aguda, em Arcozelo, Vila Nova de Gaia, um encontro preparativo entre a Direcção Nacional e as direcções das delegações. Compareceram à chamada as delegações de Bragança, Famalicão, Viseu, Coimbra, Castelo Branco - que apenas se apresentou depois de almoço e sem o seu orçamento -, Setúbal e Évora. Pela primeira vez presentes num encontro do género e merecendo uma saudação muito especial por parte dos restantes membros das outras delegações, estiveram também as delegações do Funchal e Ponta Delgada. Só os dirigentes da Delegação de Faro, que também não apresentaram qualquer tipo de orçamento para este ano, estiveram ausentes.

Confirmada a ordem de trabalhos pré-estabelecida - 1.º análise do plano de actividades e orçamento para 1998, este último gerou uma discussão acesa e ocupou toda a manhã; 2.º política de pessoal; 3.º projectos de desenvolvimento da ADFA; 4.º programa de efemérides (nacionais e locais) para 1998 e 5.º questões internas de organização no plano nacional - a reunião teve início e, à semelhança do que acontece em todas as instituições, a preparação da aprovação de um orçamento gerou muita polémica. Os presentes não se inibiram em tecer duras críticas

à Direcção Nacional, por vezes acusando-a de alguma falta de transparência.

A questão das eleições foi abordada de uma forma superficial chegando no entanto, a ser comparadas com as de alguns clubes de futebol. O problema do pagamento das propinas dos filhos dos deficientes também não foi esquecido e ao que tudo indica o Governo vai criar um fundo para esse fim, no sentido de compensar o valor das propinas no ensino superior. Outro dos pontos abordados foi a aposta no desenvolvimento do associativismo, seguindo o exemplo da Delegação do Porto, criando pequenos núcleos locais, dentro das próprias delegações. Questão que merecerá uma atenção redobrada num futuro próximo. Ficando também acordado que a comemoração do 24.º aniversário, terá lugar em Santa Maria da Feira, com um almoço nacional, da responsabilidade da ADFA Porto. Por último, equacionou-se a criação de condições para a instalação de uma Delegação no Maputo.

Faro e Castelo Branco sem previsão

Juntamente com Faro, Castelo Branco não apresentou orçamento para o ano de 98, vendo-se a Direcção Nacional obrigada a recorrer ao orçamento de 96 e, em função desse, elaborar um que, na opinião daque-

les responsáveis, "não deverá andar muito longe da realidade". No entanto, o orçamento geral da ADFA para 1998 será aprovado a 31 de Janeiro, até lá, Castelo Branco terá que apresentar os seus dados contabilísticos.

Com um orçamento a rondar o meio milhão de contos, a DN foi clara e objectiva ao afirmar que "um pequeno desvio pode ter consequências graves" obrigando desta forma as delegações a serem rigorosas nas previsões que apresentem. Contudo, Humberto Sertório, presidente da DN, avisou para "a possibilidade de se fazer, trimestralmente, um reajustamento do orçamento geral". Sobre esta matéria os presidentes de Bragança e Famalicão, Domingos Seca e Anquises Carvalho, respectivamente, contestaram duramente a forma escolhida para elaborar aquele orçamento, enquanto Viseu defendeu a apresentação de todas as contas, mensalmente entre o dia 10 e 15 do mês seguinte.

Estatuto do trabalhador da ADFA na forja

Após a pausa para almoço, os membros de cada Delegação voltaram a sentar-se à mesa e passaram para o ponto seguinte: a política de pessoal. Fundamentalmente este ponto dizia respeito ao estatuto do trabalhador da ADFA, ainda em fase de elaboração e que visa regula-

mentar a situação de todos os trabalhadores, na instituição. Este projecto, elaborado pelo Porto, foi apresentado a todas delegações e será, posteriormente enviado às mesmas, a fim de se fazerem eventuais correcções. Para o efeito foi criado um grupo de trabalho que, num prazo máximo de 90 dias, irá finalizar aquele documento, com o propósito de se proceder à integração de todo o pessoal nesse mesmo estatuto de trabalhador.

Na política de investimentos, a Direcção Nacional optou por fazer o ponto da situação, nomeadamente no que se refere às instalações do Porto e o Centro de Lazer de Silves (Algarve), à Sede nacional (Lisboa), o Centro de Reabilitação Profissional de Luanda e a cooperação da ADFA em Moçambique e Guiné-Bissau.

Numa análise efectuada à acção reivindicativa da ADFA, gerou-se uma manifestação de descontentamento de alguns presentes, relativamente ao protelamento na publicação de medidas legislativas, acordadas no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas e que o Ministério da Defesa Nacional não promulgou. Este tema evidenciou um elevado sentido de preocupação e que levará futuramente a ADFA a mobilizar os seus associados para agirem face ao futuro.

Nuno Costa Gomes

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António da Costa Correia

Sócio nº 4974
53 anos
Faleceu no dia
11/12/97



Residia no conselho do Carregal do Sal, deixa viúva Maria Elisa da Costa Vicente Correia e um filho. Teve acidente na Guiné em 1965, ficando com vários ferimentos (30%)

Rui Manuel Araújo Gomes da Silva

Sócio nº 13433
43 anos
01/12/97



Residia no Conselho de Aguiar da Beira e deixa 2 filhos. Com 100% de incapacidade, teve acidente na Base Aérea nº 6, resultando numa imobilização dos membros inferiores.

Arlindo Martins Gomes

Sócio nº 7041
54 anos
11/12/97



Residia no Conselho de Mafra, deixa viúva Maria Rosa dos Santos Luís Gomes e 3 filhos. Teve acidente em Angola em 1970, ficou com 53,2% de incapacidade.

Serviços das Delegações

PORTO

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas Feiras - das 10H00 às 12H00

Responsável: Dr.ª Margarida Marques

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr.ª Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

VIATURAS COM ISENÇÃO DE DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabeth Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Telefone: (02)820403 / (02)820744

Fax: (02)825242

BRAGANÇA

Das 9H00 às 17H30

Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00

Telefone: (073) 22412

CASTELO BRANCO

Das 9H00 às 20H00

CLÍNICA GERAL E ORTOPEDISTA:

(Quando solicitados)

Telefone: (072) 21201

COIMBRA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00

CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)

Telefone: (039) 27712

ÉVORA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H30

Telefone: (066) 23473

FAMALICÃO

De Segunda a Sexta - Das 9H30 às 19H00

Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00

Sábados - das 9H30 às 12h00

(excepto no último sábado de cada mês)

Telefone: (052) 322848

FARO

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00;

Telefone: (089) 28515

FUNCHAL

Das 9H00 às 17H30

Reunião da direcção, todas as segundas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)

Sextas- fechada à tarde

Telefone: (091) 765171

PONTA DELGADA

Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00

Telefone: (096) 22221

SETÚBAL

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

UISEU

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00

Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

Telefone: (032) 416034

Porto

Aprovado plano de actividades e orçamento para 1998

O CONSELHO da Delegação do Porto reuniu no passado dia 24 de Janeiro, nas instalações da Rua Pedro Hispano, com o objectivo de apreciar e aprovar o plano de actividades para o ano em curso; aprovar o orçamento para 1998; nomear um conselheiro da Delegação, - a fim da mesma estar representada no Concelho Nacional de 31 deste mês -, e, por último, para discutirem assuntos de interesse para a Delegação. Os três pontos postos em cima da mesa foram aprovados por unanimidade, tendo, apenas o plano de actividades sido sujeito a algumas correcções, não no sentido de ser retirada qualquer alínea ou ser acrescentada outra actividade, mas sim para o ajuste de um ou outro ponto que poderia ser susceptível de erros de interpretação.

Depois de uma análise detalhada ao orçamento para 1998, em que este se revelou bastante equilibrado com as despesas a aproximarem-se do real conjunto das receitas, havendo ainda a possibilidade de surgirem mais receitas, o Conselho da Delegação do Porto deliberou que fosse proposto um conselheiro efectivo e outro suplente, com o intuito de estar presente no Concelho Nacional.

Nicolau Azevedo foi o escolhido e, em caso de impedimento, apresentar-se-á em Lisboa, o sócio Gil Garcia. Esta medida tem como principal objectivo permitir que os dois funcionem em parceria e realizem um melhor trabalho. Na opinião do Conselho da Delegação do Porto, o conselheiro efectivo será o representante, en-

quanto que o suplente funcionará como observador, mas sempre pronto para intervir e prestar apoio ao primeiro.

No que concerne ao plano de actividades para este ano, espera-se atingir o ponto alto com as comemorações do 24.º aniversário da ADFA, que decorrerão em Santa Maria da Feira, sendo a organização da responsabilidade da Delegação do Porto. No entanto, não foram esquecidas a participação associativa, a acção reivindicativa, a prestação de serviços, o lazer e os tempos livres, a área cultural, a acção externa, nacional, bem como o património e a manutenção das respectivas instalações, e a parte de gestão e formação profissional. • N.C.G.

Encontro na Madeira



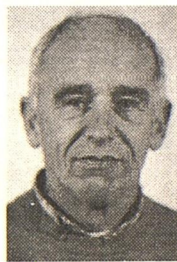
Mais de 40 pessoas, entre associados e familiares, estiveram reunidas dia 27 de Dezembro, no salão nobre da Câmara Municipal da Ribeira Brava, com o primeiro vice-presidente da Direcção Nacional da Associação, Catarino Salgado. A visita do responsável da ADFA realizou-se a convite da Delegação da Madeira e serviu para informar os sócios daquela região sobre algumas das questões reivindicativas entregues ao Ministério da Defesa Nacional em Janeiro de 1996. No final do encontro, realizou-se um convívio associativo.

Peniche já tem subsídio

A Câmara Municipal de Peniche decidiu atribuir ao Núcleo da ADFA de Peniche uma verba no valor de 110 mil escudos. Esta decisão surge como consequência dos contactos estabelecidos pelo Núcleo junto da autarquia e irá permitir custear as despesas com as obras de adaptação (uma rampa de acesso para cadeira de rodas) para deficientes, nas instalações da ADFA em Peniche.

Conselheiro nacional sofre acidente

O conselheiro nacional, José Luís Noronha, sofreu um acidente de bicicleta próximo da Agrela, em Santo Tirso, dia 25 de Janeiro, quando praticava ciclismo, um dos seus desportos favoritos. O acidente foi provocado por um cão que se atravessou na estrada, originando a queda do conselheiro nacional e provocando-lhe uma fratura no fémur esquerdo. Transportado de urgência para o Hospital de São João, no Porto, José Noronha seria mais tarde transferido para o Hospital Militar do Porto, onde acabou por ser operado com sucesso dia 28 de Janeiro. De acordo com informações recolhidas junto de responsáveis da Delegação do Porto, antes da operação, José Noronha, apesar do sucedido "está a recuperar bem".



Carrinha para Viseu

Na sequência da campanha de angariação de fundos para a compra de uma carrinha de nove lugares, a ADFA Viseu recebeu no mês de Dezembro, os seguintes donativos: Acácio Vale e José Lopes dez mil escudos; Eduardo Santos, Álvaro Marques, Armando Pedro, Gabriel Trindade, Augusto Teixeira, António Ferreira com cinco mil escudos; Virgílio Guedes 3.400 escudos e António Neves 1.550 escudos.

Delegação do Porto visita Expo-98

A Delegação do Porto está a organizar uma viagem a Lisboa para o mês de Agosto. Com uma estadia de três dias, a iniciativa tem como objectivo levar os associados do norte a visitar a Expo-98. As inscrições são limitadas e estão abertas já a partir do dia 10 de Fevereiro, no Gabinete de Serviço Social da Delegação.



Convocatória para as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação

De acordo com o nº 1 do artigo 49 dos Estatutos da ADFA, os presidentes das Mesas das Assembleias Gerais das Delegações (MAGD) a seguir indicadas convocam os associados para a realização de Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação, nas datas que se indicam, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apreciação e votação dos relatórios de actividades e contas e parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativos à gerência do ano de 1997.
- 2- Informações de interesse associativo.
 - A Delegação de Viseu tem mais um ponto: Actividades da Delegação.
 - A Delegação dos Açores tem mais um ponto: Informações sobre o Centro de Reabilitação dos Açores.
 - A Delegação da Madeira tem mais um ponto: Discutir e aprovar a apreciação da execução do orçamento da Delegação relativo ao ano de 1998.

Viseu

7 Fevereiro, às 14h00, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
António Pais FERREIRA

Coimbra

7 de Fevereiro, às 14h00, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
Manuel Fernando LUCAS

Açores

7 de Fevereiro, às 10h00, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
José Cabral VIVEIROS

Évora

14 Fevereiro, às 15h00,
na sede da Delegação
O presidente da MAGD
Inácio Augusto Carmelo GRAZINA

Porto

14 Fevereiro, às 14h30, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
Henrique Tomaz RODRIGUES

Sétubal

14 Fevereiro, às 15h00, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
José Maria ROSA

Madeira

14 de Fevereiro, às 11h00,
no salão nobre da Câmara Municipal
de Câmara de Lobos
O presidente da MAGD
Rui Manuel Catanho SILVA

Faro

20 Fevereiro, às 18h00, na sede da Delegação
O presidente da MAGD
José António Pereira Morte

Castelo Branco

21 de Fevereiro, às 14h30,
na sede da Delegação
O presidente da MAGD
Joaquim Louro BATISTA

Famalicão

28 Fevereiro, às 10h00,
no auditório da Biblioteca Municipal
de Vila Nova de Famalicão
O presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma SILVA

Bragança

4 de Março, às 21h00,
na sede da Delegação
O presidente da MAGD
António Eugénio FERNANDES

Artigo da Delegação do Porto

Os associados, os núcleos e o seu significado na dinâmica associativa

PORQUE vários associados nos têm manifestado a sua surpresa e o seu desagrado, pelas faltas de informação desenvolvidas no Jornal ELO, sobre eventos havidos na nossa Delegação no ano de 1997- eventos eminentemente associativos, porque de iniciativa dos associados ou com a sua participação, afinal os que, a par da informação legislativa e da acção reivindicativa, mais os motiva na sua militância - vimos de forma sucinta, procurar suprir tal lacuna e, deles, dar o nosso testemunho.

Foram cinco os eventos, cuja dinâmica e projecção, merecem ser realçados: 1 - Aquisição das instalações da Sede da Delegação; 2 - Eleições Nacionais e da Delegação; 3 - Convívios associativos nos Núcleos; 4 - Aniversário da Delegação; 5 - Festa de Natal dos filhos dos associados.

Instalações

Sobre a aquisição das instalações deu o Jornal ELO o relevo que a sua importância justificou. Por isso, nos limitaremos a agradecer os apoios e incentivos que sempre nos foram manifestados, quer por associados quer pelos Órgãos Sociais Nacionais, o que tornou possível o sonho se transformar em realidade.

A sua importância na vida associativa foi comprovada pelo elevado número de associados presentes na abertura do Champanhe da nossa alegria.

Eleições

Nas eleições há que salientar a grande mobilização de associados no período que antecedeu o acto eleitoral e no próprio dia da votação. Realizaram-se sessões de esclarecimento e trocas de impressões nas áreas de todos os Núcleos, a saber:

LOCALIDADES	PRESENCAS
CHAVES	23
VILA REAL	27
VILA DO CONDE	16
V. DO CASTELO	29
VILA DA FEIRA	32
PENAFIEL	13
VALONGO	22
LIXA	30
PONTE BARCA	21
AROUCA	17
LORDELO	15
PORTO	33
AMARANTE	23

Foram mais de 300 associados que participaram na área dos seus núcleos em reuniões que permitiram definir o perfil, a orientação e mesmo, a constituição dos Órgãos Sociais da Delegação e opinaram sobre a postura a defender a nível Nacional.

No acto eleitoral com uma participação recorde de mais de 670 votantes, resultado da soma dos votos nos diferentes Núcleos, todos com recordes de votação, fizeram da Delegação do Porto a mais representativa em número e, mais importante, em percentagem de votação.

Este acto eleitoral foi, de salientar, o mais participado de sempre a nível Nacional, com o especial significado, registado de os associados terem optado por votar mais em conformidade com os projectos associativos em confronto, do que na representação histórica do Grupo de pessoas que os integravam, o que representou um iniludível sinal de maturidade associativa.

Esta participação deve-se a cada vez maior consciencialização do importante papel que a ADFA tem para todos nós e, por isso, se por um lado significa legitimação para continuarmos a apoiar e defender o actual projecto associativo, por outro

lado significa maior responsabilização para os eleitos.

Os Órgãos Sociais da Delegação do Porto, para o desenvolvimento desta, pela alta votação que mereceram não podem desiludir nos esforços que, necessariamente, terão de desenvolver.

A confiança demonstrada pelos associados foi muita; a responsabilidade dos dirigentes tornou-se maior.

O associado gosta de tomar conhecimento sobre como se comportam, nos actos associativos, as áreas onde intervêm.

Neste acto eleitoral cumpre-nos dar a todos, por igual, os parabéns. Em todas as áreas a percentagem de associados votantes foi muito semelhante e o recorde de votação.

MESAS DE VOTO

MESAS DE VOTO	VOTANTES
PORTO	351
STª.MARIA DA FEIRA	71
PONTE DA BARCA	29
CHAVES	27
VILA REAL	35
LIXA	53
VIANA DO CASTELO	51
RÉGUA	19
PENAFIEL	41
TOTAL	677

Convívios

Os convívios associativos, que já têm carácter de tradição, foram momentos altos da participação associativa nas áreas dos Núcleos da Delegação. Com eles, tem-se procurado desenvolver uma cultura associativa baseada em fortes laços de amizade entre todos os associados e familiares. Os convívios que este ano se realizaram foram a demonstração cabal do sucesso desta política e permitem-nos afir-

mar que os associados e seus familiares formam já uma grande família, amiga e unida, que dá pelo nome de Grande Família ADFA.

Como em qualquer família alegre e unida, os nossos convívios foram feitos no aconchego duma boa refeição - almoço ou jantar - onde não faltou o vinho de boa cepa para o brinde final de Felicidades Colectivas.

DATA	LOCALIDADE	PRESENCAS
27-03-97	VILA DO CONDE	40
29-05-97	PAREDES	35
01-12-97	AROUCA	48
07-12-97	PORTO	170
08-12-97	STª.MARIA DA FEIRA	140
20-12-97	CHAVES	45
21-12-97	VIANA DO CASTELO	60

Aniversário

O Aniversário da Delegação tem-nos merecido, todos os anos, uma especial atenção e carinho. O dia 7 de Dezembro é a data histórica do nascimento da nossa Delegação e tem sido, pela elevada participação de associados e familiares, pelo alegre convívio que durante o dia, muitos de nós, usufruí nas instalações da Sede - quer jogando à malha, quer jogando a "Sueca", quer jogando Futebol de Salão, quer conversando - a festa, por excelência, da família ADFA/Porto. Este ano, como manda a tradição, culminou com um jantar com a presença de mais de 170 convivas, que se alongou noite adentro e terminou em alegres e divertidos momentos de muito e bom Fado, de Coimbra e Lisboa.

A festa de Aniversário é, hoje, uma importante manifestação de unidade da nossa vontade e querer associativo, pelo facto de merecer a presença de associados

e familiares vindo de todas as áreas da Delegação, merecer a presença de representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e de outras Delegações.

Este ano tivemos o grato prazer de conhecer o Segundo Comandante da Região Militar Norte, Brigadeiro Espírito Santo, e o Chefe do Estado Maior da Região Militar Norte, Coronel Pinto Ferreira.

O espírito de unidade do associado da Delegação ficou também bem vincado na deslocação a Bragança, no 23º Aniversário da ADFA, de cerca de 160 associados e familiares que, em excursão de autocarro e carros particulares, ali se fizeram deslocar.

Festa de Natal

Terminámos com uma breve referência à Festa de Natal que promovemos para os nossos filhos. Esta que já foi, a par do Aniversário, um evento de extraordinária participação e que merecia festejos descentralizados nas áreas dos Núcleos, atendendo ao grande número de nossos filhos em idade de receber a prenda de Natal, está hoje reduzida à festividade, que temos em manter, na Sede.

Este ano tivemos somente 36 crianças inscritas. Se nos lembrar-mos das Festas de Natal em que centenas de nossos filhos enchem as salas do cinema Júlio Dinis ou Vale Formoso, percebemos a razão da nossa saudade. Não é que este ano não houvesse, porque houve, muito carinho e muita alegria e, estamos cientes, que as crianças presentes não esquecerão esta sua Festa de Natal na ADFA.

Mas é caso para dizer que, se já não temos filhos nas idades próprias para estas festividades, começamos a ter netos. Vamos abrir a Festa de Natal da Delegação do Porto aos filhos - poucos e cada vez menos - e aos netos - cada vez mais - e voltaremos a ter novamente um grande convívio em alegria, da Família ADFA.

E vamos a isso já no ano de 1998.

A DIRECÇÃO
DA DELEGAÇÃO DO PORTO



IBERLENTE

OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTES COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

**UM
OLHAR
PARA
O FUTURO**

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37



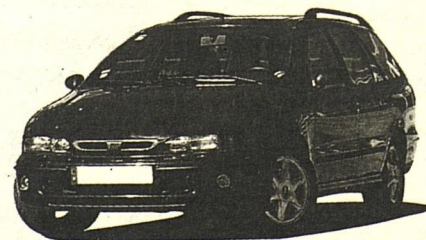
VENDAS

ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES



**Contacte
os serviços**



**da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22**



CONCESSIONÁRIO **FIAT**

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Leda)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiçaga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Associação reúne com secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Cooperação em cima da mesa

INFORMAR o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Amado, acerca dos projectos que a ADFA tem actualmente em curso com alguns países africanos de língua oficial portuguesa foi o principal objectivo da audiência do dia 16 de Janeiro, entre os elementos da Direcção Nacional e aquele responsável do Governo.

Depois da saída de José Lamego, durante a remodelação governamental de Novembro do ano passado, os responsáveis da Associação quiseram explicar pessoalmente a Luís Amado todas as iniciativas da ADFA a nível internacional.

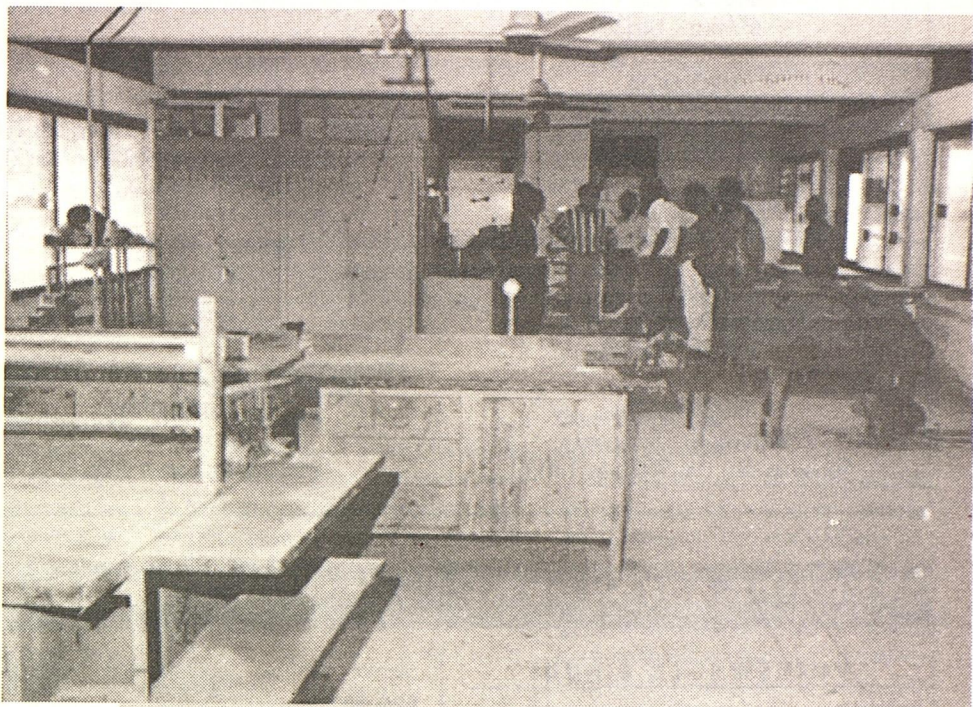
A construção de um centro de reabilitação e produção de próteses e ortóteses,

em Luanda; a construção de um núcleo da ADFA em Moçambique e outro na Guiné-Bissau - aproveitando algumas das instalações do Centro de Reabilitação de Bra - que permitam apoiar os associados e a comunidade de deficientes daqueles países, e o contributo da Associação na última Assembleia Geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, que decorreu em Seul de 9 a 15 de Novembro, e na qual a ADFA conseguiu aprovar duas resoluções referentes ao conflito de Timor Leste e ao problema das minas antipessoais, foram alguns dos assuntos abordados durante o encontro.

Para os responsáveis da Associação, a audiência com o

secretário de Estado foi "bastante positiva", uma vez que Luís Amado mostrou interesse em colaborar e ajudar a ADFA em alguns dos projectos de cooperação.

Em relação ao centro de reabilitação de Luanda, por exemplo, Luís Amado disponibilizou-se para falar directamente com as entidades oficiais angolanas no sentido de que o Centro de Viana - o local escolhido para a instalação do centro - passe da tutela do Ministério da Saúde para o Ministério da Defesa. É que só após a transferência de competências ministeriais o Governo angolano poderá entregar a gestão do centro à ADFA e à sua congénere angolana (a Associação dos Militares Mutilados da Guerra de Angola). •



A construção de centros de reabilitação nos PALOP está mais próxima

ADFA reage ao Prémio Nobel da Paz

A ATRIBUIÇÃO do Prémio Nobel da Paz de 1997 à Campanha Internacional contra as Minas Antipessoais, na qual a ADFA participa através da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, representou para os responsáveis da Associação "mais um passo significativo para a proibição do fabrico, armazenamento e comercialização das minas antipessoais". Num comunicado distribuído à imprensa, e enviado também para as delegações de forma a que estas o divulgassem junto da imprensa regional; a ADFA sublinha que os seus associados, "especialmente os grandes deficientes, sentiram no cor-

po o terrível efeito" das minas antipessoais.

"Consciente do agravamento da situação, pelo uso indiscriminado deste armamento nos conflitos regionais", a Associação "condena a hipocrisia de muitos governos" que apesar de continuarem a produzir e comercializar minas "cultivam uma imagem junto da opinião pública de aparente condenação da utilização das minas". Para a ADFA só a mobilização da opinião pública a nível internacional poderá obrigar os governos que fabricam estes "terríveis engenhos de morte e sofrimento a pôr fim a esta indústria". •

"Grande Lagar da Ira" ainda sem estreia marcada

CONTINUA SEM data prevista para apresentação pública e emissão "O Grande Lagar da Ira", o documentário da RTP (Rádio Televisão Portuguesa) sobre a Guerra Colonial, concluído desde Outubro do ano passado, que contou com a participação de muitos sócios da ADFA e com o apoio logístico da Associação. Decorridos cerca de quatro meses desde a conclusão dos trabalhos de filmagem e montagem, e depois da apresentação pública ter estado agendada para o dia 18 de Julho, continua a não existir um dia para o visionamento público do documentário, bem como para a sua emissão no progra-

ma "O Lugar da História".

Numa carta enviada à coordenadora do programa, Maria Júlia Fernandes, os dirigentes da Associação pedem informações relativamente à não existência de datas para a apresentação pública do documentário e para a sua emissão no "Lugar da História". Em resposta ao pedido, Júlia Fernandes esclarece apenas que a ADFA será informada da data do visionamento "com uma antecedência de, pelo menos, quinze dias". Quanto à emissão do documentário àquela responsável refere que a RTP "não tem ainda qualquer data prevista". •

SEAT

IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. José Tropa
6ª feira - 14H30

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

GASTROENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

FISIOTERAPIA
técnico: Luís Sampaio
Todos os dias das 9H30 às 13H30

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira- 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

especialista: cmtl Araújo de Brito
2ª, 3ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA

Dr. Luís Pedro Pinto Matias
2ª feira das 9H00 às 13H00; 3ª feira das 10H00
às 14H00; 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Couto

SERVIÇO PROTÉSICO

médico: Dr. Carlos Emídio Augusto Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00

Marcações:

Carla Fernandes

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Drª. Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações:

Secretaria

SECRETARIA/ATENDIMENTO

(Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00
Sábado das 11h00 às 17h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
que façam as marcações das consultas, com
antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Polo		
Fox 1.0	1.436.485.00	1.943.688.00
Gl 1.0	1.693.123.00	2.243.955.00
Fox 1.7 SDI	1.764.966.00	3.342.716.00
3 Volumes 1.4	1.934.648.00	2.963.392.00
3 Volumes 1.9 SDI	2.173.611.00	4.139.887.00
Variant 1.9 TDI	2.345.985.00	4.341.567.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.108.809.00	3.167.161.00
Confort 1.4 5p	2.169.894.00	3.238.630.00
Highline 1.9 TDI 3p	3.106.657.00	5.231.553.00
Highline 1.9 TDI 5p	3.193.059.00	5.332.644.00
CL 1.9 D 5p	2.084.639.00	4.035.792.00
Joker 1.9 TDI 3p	2.782.204.00	4.851.943.00
Joker 1.9 TDI 5p	2.825.427.00	4.902.514.00
Joker 1.9 TDI 3p Aut.	3.011.238.00	5.119.913.00
Joker 1.9 TDI 5p Aut.	3.054.461.00	5.170.484.00
GT Special 1.9 TDI 3p	3.382.743.00	5.554.574.00
Van CL 1.9 D	1.992.196.00	2.650.223.00
Van GL 1.9 TD	2.337.044.00	3.053.695.00
Joker Van 1.9 TDI	2.570.292.00	3.326.595.00
CL Variant 1.9 D	2.304.484.00	4.293.011.00
Special Variant 1.9 TDI	3.169.643.00	5.305.247.00
Vento		
CL 1.4	2.116.891.00	3.176.617.00
CL 1.9 D	2.186.308.00	4.154.745.00
Passat		
Confortline 1.6 Aut.	3.464.458.00	5.116.643.00
Confortline 1.9 TDI	3.330.496.00	5.493.445.00
Confortline 1.9 TOP	3.764.408.00	6.001.122.00
Confortline 1.9 Aut.	3.564.070.00	5.766.726.00
Confortline 1.9 Aut. T	3.997.979.00	6.274.400.00
Confortline 1.9 TDI Variant	3.559.815.00	5.761.748.00
Confortline 1.9 TDI T. Varia.	3.993.725.00	6.269.423.00
Confortline 1.9 TDI V. Aut.	3.793.254.00	6.034.872.00
Confortline 1.9 TDI T. V. A.	4.227.165.00	6.542.548.00
Audi A3		
Attraction 1.6	2.903.225.00	4.480.000.00
Attraction EC 1.6	3.074.165.00	4.660.000.00
Sport 1.9 TDI	3.789.090.00	6.030.000.00
Sport 1.9 TDI EC	3.960.030.00	6.230.000.00
Audi A4		
Attraction 1.9 TDI 90cv	3.938.663.00	6.205.000.00
Attraction 1.9 TDI EC	4.220.714.00	6.535.000.00
Attraction 1.9 TDI 110cv	4.331.825.00	6.865.000.00
Attraction EC 1.9 110cv	4.619.876.00	6.995.000.00
Avant RDI 1.9 90 cv	4.169.432.00	6.475.000.00

VOLKSWAGEN E AUDI

Avant TDI 1.9 110 cv 4.562.594.00 6.935.000.00
Audi A6
TDI 1.9 110 cv 5.688.236.00 8.135.000.00

SEAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seat Ibiza Comercial		
1.9 D Latino	1.855.615.00	2.484.031.00
1.9 TD Crono JLL	2.077.861.00	2.744.058.00
1.9 TD Crono JLL+ AC	2.266.750.00	2.965.058.00
1.9 TD Crono JLL+TA	2.325.733.00	3.034.069.00
Seat Ibiza 3 Portas		
1.0 SXE DA	1.734.472.00	2.286.628.00
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	1.942.794.00	3.837.871.00
1.9 TD SXE	2.302.175.00	4.258.347.00
Seat Ibiza 5 Portas		
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	2.019.717.00	3.927.871.00
1.9 TD SXE	2.472.458.00	4.457.678.00
Inca 2 Lugares		
1.9 D Van	1.732.447.00	2.339.924.00
1.9 D Van VE+FC	1.809.369.00	2.429.923.00
Cordoba		
1.4 Silhouette DA	1.828.502.00	2.825.000.00
1.9 TDI GT	2.775.523.00	4.812.164.00
1.6 SX Coupé	2.261.102.00	3.687.319.00
Alhambra		
1.9 TDI 110 cv	4.401.474.00	5.385.000.00
1.9 TDI 110 cv, FN, JLL	4.978.397.00	6.060.000.00
Arosa		
1000 S	1.391.202.00	1.885.000.00
1400	1.631.921.00	2.595.000.00
1400 C/automático	1.884.057.00	2.890.000.00
Toledo		
1.6 GT	2.519.803.00	3.990.000.00
1.9 TDI GT-110cv		
AB2+ABS+TAE	3.353.648.00	5.488.571.00

MAZDA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
3HB ZFO5 EBB (BASE)	1.358.144\$00	2.136.000\$00
5HB ZFIO EBA (BASE)	1.418.828\$00	2.036.000\$00
3HB ZFO5 EBC (PACK I)	1.496.605\$00	2.107.000\$00
5HB ZFIO EAK (PACK II)	1.557.289\$00	2.198.000\$00
3HB ZFO5 EAM (PACK 2)	1.804.298\$00	2.269.000\$00
5HB ZFIO ECV (PACK 2)	1.864.982\$00	2.558.000\$00
3 HB BG3B EAN	1.973.777\$00	2.629.000\$00
3 HB BG3B EAP	2.150.700\$00	2.892.000\$00
3 BB BG3B EAQ	2.159.247\$00	3.109.000\$00

VENDA DE AUTOMÓVEIS

323 SDN 1.3 BG2N EAG	2.185.743\$00	3.140.000\$00
323 SDN 1.3 BG2N EAJ	2.313.948\$00	3.290.000\$00
323 COUPE 1.5 BG3A EAN	2.352.683\$00	3.622.000\$00
323 COUPE 1.5 BG3A EBA	2.391.145\$00	3.667.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAN	2.379.179\$00	3.653.000\$00
323 5HB F 1.5 BG3K EAP	2.508.239\$00	3.804.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAR	2.585.162\$00	3.894.000\$00
323 F 5HB(2.0) V6 BG3J EAT	3.538.026\$00	5.888.000\$00
MX-3 (1.6)	3.071.160\$00	4.652.000\$00
MX-3 (1.8)	3.332.571\$00	5.387.000\$00
MX-5 (1.6)	3.201.930\$00	4.805.000\$00
MX-5 (1.6)	3.278.853\$00	4.895.000\$00
MX-5 (1.6)	3.347.229\$00	4.975.000\$00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673\$00	5.495.000\$00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673\$00	5.495.000\$00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Cinquecento		
Cinquecento S	1.101.665.00	1.519.786.00
Sport.	1.246.900.00	1.845.966.00
Panda 899	1.035.853.00	1.442.786.00
Punto		
55 S 3P	1.292.028.00	1.898.765.00
55 S 5P	1.347.583.00	1.963.765.00
TD 70 ELX 3p	1.507.309.00	3.051.951.00
TD 70 ELX 5p	1.562.865.00	3.116.952.00
Bravo		
1.4 S	1.864.356.00	2.888.003.00
1.6 SX Caixa Aut.	2.422.192.00	3.913.806.00
TD 100 GT	2.308.439.00	4.365.054.00
Brava		
1.4S	1.930.168.00	2.965.300.00
TD 100 SX	2.202.433.00	4.241.027.00
Marea		
1.4 SX	2.215.467.00	3.299.100.00
TD 125 HUX	2.901.630.00	5.904.594.00
Weekend 1.4 SX	2.347.946.00	3.454.100.00
Weekend TD100 ELX	2.752.883.00	4.855.053.00
Ulysse 1.9 TDs	4.740.650.00	7.201.878.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.2 ECVT 1.5 3p Aut.	1.770.708.00	2.559.003.00
Y 1.1 Elefantino 3p	1.343.310.00	1.958.765.00
Y 1.4 ELX 3p	1.696.663.00	2.692.099.00
Delta HPE 1.6	2.138.026.00	3.582.505.00
Delta 1.9 TDS LX	2.542.617.00	4.672.721.00
Decra TDS SWLE	3.002.446.00	5.210.721.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Twingo	1.274.213.00	1.890.000.00
Twingo Pack	1.368.230.00	2.000.000.00
Clio		
Chipie 1.2 3p	1.322.931.00	1.947.000.00
Oásis 1.2 3p	1.624.640.00	2.300.000.00
Chipie 1.2 5p	1.389.598.00	2.025.000.00
Oásis 1.2 5p	1.688.743.00	2.375.000.00
RC 1.9D	1.650.289.00	2.265.000.00
Megane		
RN 1.4 5p	1.872.301.00	2.920.000.00
RT 1.4 5p	2.043.241.00	3.120.000.00
RT 1.6	2.095.643.00	3.550.000.00
RXE 1.9 DTI	2.633.280.00	4.660.000.00
Classic RN 1.4	1.915.036.00	2.970.000.00
Classic RT 1.9 DTI	2.375.870.00	4.360.000.00
Classic Scenic RN 1.4	2.338.113.00	3.465.000.00
Classic Scenic 1.9 DT	2.628.007.00	4.655.000.00
Kangoo		
1.2	1.762.065.00	2.470.000.00
1.9 D55	1.735.968.00	3.615.000.00
Express RL 1.9	1.621.046.00	2.240.000.00
Expresso		
VCL 1.9D	1.586.858.00	2.200.000.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.370.017.00	1.910.832.00
Eco 1.0 5p	1.429.846.00	1.980.832.00
Swing 1.0 5p	1.609.333.00	2.190.832.00
Sport 1.4 3P	1.766.884.00	2.829.686.00
CDX 5p	2.091.671.00	3.209.687.00
Eco 1.5 TD 5p	1.748.074.00	2.983.161.00
Swing 1.5 TD 5p	2.021.579.00	3.303.162.00
Astra		
X 1.4 3p	1.822.440.00	2.894.686.00
X 1.4 4p	1.873.722.00	2.954.686.00
Fresh 1.7 TD 4p	2.526.694.00	4.245.111.00
Sport 1.7 TD 5p	2.881.395.00	4.660.111.00
Wagon X 1.4	1.993.380.00	3.094.686.00
Fresh Car 1.7 TD	2.646.352.00	4.385.111.00
Sport Car 1.7 TD	3.001.053.00	4.800.111.00
Vectra		
GL 1.6 16V 4p	2.866.776.00	4.487.023.00
GL 1.6 Caravan	3.012.075.00	4.657.022.00
GL 2.0 DTI 4p	2.986.632.00	5.330.956.00
GL Caravan 2.0 TDI	3.131.932.00	5.500.957.00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 7570502, 7570422, 7570583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 8595016, todos eles através da rede de Lisboa (01), e pelo 0931 2

Este espaço destina-se a auxiliar associados e leitores a tomar conhecimento das principais alterações legislativas publicadas mensalmente que, directa ou indirectamente, tenham interferência na vida dos deficientes. O resumo e informação de parte da nova legislação publicada no Diário da República são da responsabilidade do Gabinete Jurídico da ADFA.

Legislação do mês

Alguns diplomas legislativos publicados entre 15 DEZ 97 e 15 JAN 98

Portaria 1 239/97, de 16 de Dezembro

Procede à actualização anual das prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência dos regimes de segurança social.

Esta actualização, em termos médios, está acima da taxa de inflação prevista, variando as percentagens entre 2,5% e 5,2%, de acordo com o montante da pensão.

O Governo procede, também, à actualização extraordinária quer das pensões para os pensionistas com idade entre os 65 anos e os 75 anos, quer para as longas carreiras contributivas cuja pensão seja inferior ao salário mínimo nacional.

A pensão mínima de invalidez e velhice é fixada em 31.300\$00.

Decreto Legislativo Regional nº 26/97/A, de 17 de Dezembro

O Governo regional dos Açores criou o Conselho Regional para a Integração e Cidadania (CRIC), como órgão consultivo, no âmbito das políticas de prevenção, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, tendo em atenção que o cidadão portador de deficiência mais dificilmente ultrapassa as barreiras físicas, ambientais, económicas e sociais e que, infelizmente, muitas vezes são reforçadas por atitudes marginalizadoras da sociedade. (ver ELO de Janeiro, última página)

Decreto-Lei 360/97, de 17 de Dezembro

Vem proceder à definição do sistema de verificação de incapacidades, no âmbito da Segurança Social, estabelecendo indicadores de intervenção compatíveis

com a realidade social, dotando, assim, o regime de protecção na doença com uma maior eficácia na sua cobertura; visa a co-responsabilização do beneficiário, em situações que se considere relevante a sua participação.

Teve, igualmente, em consideração a harmonização das normas portuguesas com as comunitárias, quanto aos processos de intervenção de incapacidades permanentes de beneficiários residentes no estrangeiro.

Despacho Conjunto nº 521/97, de 17 de Dezembro

Os modelos de "Boletim de baixa", "Boletim de prorrogação de baixa ou alta" e "Declaração de internamento" deixam de vigorar e passa a ser utilizado um novo suporte informativo designado por "Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Estado de Doença".

Lei 127-B/97, de 20 de Dezembro

Publica o Orçamento de Estado (OE) para 1998.

Como é do conhecimento geral é no OE que, em princípio, se alteram as regras fiscais.

Este OE não introduz alterações significativas, em relação ao ano anterior, limitando-se à actualização de taxas e limites dos vários impostos.

Foram concedidas autorizações legislativas, designadamente, para o Governo proceder à transformação dos abatimentos em sede de IRS para deduções à colecta, clarificar os conceitos de despesas de educação e proceder ao aumento do número de escalões e taxas, "tendo em vista a diminuição da carga fiscal dos rendimentos mais baixos".

No que se refere à Taxa Social Única há também autorização para que o Go-

verno legisle no sentido da sua revisão a fim de, nomeadamente, incentivar a criação de postos de trabalho e de atenuar o esforço fiscal das entidades sem fim lucrativo.

Decreto-Lei 380/97, de 30 de Dezembro

Estabelece o novo regime jurídico de arrendamento das casas de renda económica do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

O processo de atribuição das casas realiza-se através de concursos normais, aos quais podem concorrer os oficiais, sargentos, praças e pessoal militarizado beneficiários do IASFA e de concursos extraordinários para os restantes beneficiários e cônjuges sobreviventes.

O contrato de arrendamento está sujeito a um regime jurídico próprio, independente do regime jurídico do RAU.

Decreto Regulamentar 56/97, de 31 de Dezembro

Vem estabelecer a nova estrutura orgânica do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) tendo por base quer os princípios constitucionalmente consagrados, quer os da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (L 9/89, de 02MAI), quer, ainda, os da Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Portaria 7/98, de 07 de Janeiro

Vem dar execução ao DL 380/97, de 30DEZ (estabelece o novo regime jurídico de arrendamento das casas de renda económica do IASFA) (ver acima), nomeadamente no que respeita ao funcionamento dos concursos de atribuição de casa, res-

pectivos programas, formas de classificação, sua distribuição e regime da determinação do valor das rendas.

Despacho nº 484/98, de 09 de Janeiro

O Ministro da Defesa Nacional delega no Secretário de Estado da Defesa Nacional a competência relativa aos deficientes das Forças Armadas.

Despacho nº 485/98, de 09 de Janeiro

O Secretário de Estado da Defesa Nacional subdelega no Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional a competência para proferir os despachos de qualificação de deficientes das Forças Armadas, nos termos do DL 43/76, de 20JAN.

Lei 4/98, de 12 de Janeiro

Esta lei vem, por um lado, revogar o DL 257-A/96, de 31DEZ, que estabelecia o regime especial de tributação dos pequenos contribuintes do IVA e, por outro, alterar os artºs 12º, 22º, 26º, 53º, 55º e 71º do CIVA e repõe em vigor os anteriores artºs 60º a 68º e o nº 4, do artº 82º, também do CIVA.

Esta lei vem pôr fim à chamada "colecta mínima".

Decreto-Lei 8/98, de 15 de Janeiro

Este diploma define a situação dos formandos a frequentar acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido perante os regimes de segurança social.

Quer uns quer outros são abrangidos pelo regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem.

Aos trabalhadores deficientes em re-

gime de emprego protegido é suspenso o pagamento das prestações que lhes estejam a ser concedidas quando procedam ao enquadramento obrigatório no regime geral de segurança social. Quando ocorra a cessação do emprego protegido, o trabalhador deficiente tem direito ao reinício do pagamento das prestações suspensas, contudo terá de o comunicar à instituição de segurança social que processe as mesmas.

Decreto-Lei 7/98, de 15 de Janeiro

Institui as cooperativas de solidariedade social que define como de "cooperação e entreajuda dos seus membros, em obediência aos princípios cooperativos" e que visam "sem fins lucrativos, a satisfação das respectivas necessidades sociais e a sua promoção e integração", nomeadamente no apoio a crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos; a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas; a cidadãos portugueses residentes no estrangeiro; situações de doença, velhice, deficiência e carências económicas graves e promoção do acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos.

O diploma define a especialidade do regime jurídico destas cooperativas e refere que se aplica às cooperativas de educação especial, nomeadamente, às CERCIS (Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), que dispõem do prazo de um ano para adaptarem os seus estatutos. O apoio técnico e financeiro a conceder por parte das entidades públicas a estas cooperativas fica dependente da prova da sua natureza jurídica de cooperativa, do seu legal funcionamento e da confirmação dos seus fins de solidariedade social.

Helena Afonso

IRS 1997

AS DECLARAÇÕES Mod.1 de IRS (trabalho dependente - categoria A - e/ou pensões - categoria H) referentes a rendimentos de 1997 deverão ser entregues, nas Repartições de Finanças, de 01FEV98 a 15MAR98.

Recorda-se que o abono e prestação suplementar de invalidez definidos no artº 10º e 11º, do DL 43/76, não são englobáveis para efeitos de IRS, devido ao seu carácter indemnizatório que os enquadra no nº 1 do artº 13º do CIRS. A CGA já os omite nas declarações que enviou.

Transcrevemos, a seguir, as alterações produzidas e que influenciam o preenchimento da declaração.

Nota: sempre que, na presente informação, se utilizar a palavra deficiente, a mesma refere-se aos graus de incapacidade igual ou superior a 60%.

Ficam isentos de tributação em IRS, quando auferidos por titulares deficientes, 50% dos rendimentos das categorias A e B, com o limite de 2.412.000\$00 e 30% dos rendimentos da categoria H, com os limites de 1.361.000\$00 para os deficientes em geral e de 1.811.000\$00 para os DFA (DL 43/76) e GDFA (DL 314/90); os valores isentos deverão ser escriturados no anexo H, correspondente a benefícios fiscais e o remanescente, sujeito a IRS, será levado à declaração, propriamente dita, e terá o tratamento seguinte:

DISPENSA DA ENTREGA

Estão dispensados da entrega da declaração (artº 58º), relativa a rendimentos de trabalho, somente os contribuintes não casados que tenham auferido menos de 793.800\$00; os contribuintes

casados não têm dispensa da entrega, seja qual for o montante anual recebido.

Relativamente a pensões estão dispensados da entrega os casados que tenham auferido até 1.825.000\$00 e os não casados até 1.645.000\$00.

Em todos estes casos, a entrega é obrigatória se tiver havido retenção de imposto.

DEDUÇÕES ESPECÍFICAS

Categoria A (artº 25º): Aos rendimentos brutos desta categoria serão deduzidos 70% do seu valor, por cada titular que os tenha auferido, com o limite máximo de 484.000\$00 ou o valor dos encargos com a segurança social se superiores.

Quando o sujeito passivo for deficiente, aquela dedução é elevada em 50%, até ao limite máximo de 726.000\$00.

Categoria H (artº 51º): As pensões de valor igual ou inferior 1.385.000\$00, por cada titular que as tenha auferido, são deduzidas pela totalidade do seu quantitativo. As de montante superior deduzem aquela importância. Quando o sujeito passivo for deficiente, aquela dedução é elevada para 1.800.500\$00.

ABATIMENTOS (ARTº 55º)

Encargos com a saúde (al. a) e pensões de alimentos (al. g), são deduzidos na totalidade.

Os juros de habitação (al. e) deduzem até 305.000\$00.

As despesas com saúde de ascendentes não deficientes (al. b), com educação (al. d) e com energias renováveis (al. i) deduzem, no seu conjunto, até 163.000\$00 para não casados e 327.000\$00 para casados. Estes valores podem ser elevados para

375.000\$00, independentemente do estado civil do sujeito passivo, desde que a diferença resulte de despesas de educação do próprio sujeito passivo e seus dependentes e desde que não beneficiem de pensão para aquelas finalidades. Por sua vez, nos agregados com três ou mais dependentes este limite é elevado em 20.000\$00, por cada dependente, caso existam relativamente aos mesmos despesas de educação.

Há que ter em consideração, ainda, que as despesas relativas a energias renováveis (al. i) têm um limite próprio de 30.000\$00 para não casados e 60.000\$00 para casados.

Os prémios de seguro de vida, doença, acidentes pessoais ou outras contribuições para fundos de pensões ou outros regimes complementares de segurança social (al. f) são deduzidos até ao limite de 36.000\$00 para não casados e 72.000\$00 para casados.

As quotizações sindicais (al. j) abatem até 1% do rendimento bruto das categorias A ou H, do respectivo titular, sendo acrescidas de 50%.

As despesas de educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependente deficientes, bem como os prémios de seguro em que aqueles figurem como primeiro beneficiários abatem-se na totalidade.

DEDUÇÕES À COLECTA (ARTº 80º)

• não casados: 34.500\$00 (deficientes: 51.750\$00);
• casados: 26.300\$00 (deficientes: 39.450\$00);
• dependentes: 19.000\$00 (deficientes: 28.500\$00), acrescendo a este montante 210\$00, 430\$00 ou 550\$00 quando o agregado familiar

tenha dois, três ou mais dependentes;

• 19.000\$00 por cada ascendente que viva em economia comum com o sujeito passivo e não aufera rendimentos superior à pensão social mínima do regime geral.

BENEFÍCIOS FISCAIS

• PPR, abatem até 20% do rendimento bruto total, no montante máximo de 410.000\$00 por cada sujeito passivo.
• CPH, deduzem 410.000\$00 por agregado familiar.

Taxas (artº 71º)

Rendimento colectável (Contos)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 1.050	15	15
De mais de 1.050 até 2.435	25	20,6826
De mais de 2.435 até 6.150	35	29,3333
Superior a 6.150	40	

Nota: a portaria 33/98, de 21 de Janeiro vem alterar a declaração modelo 1 (trabalho dependente e pensões) e anexo H (benefícios fiscais) para o ano de 1997, a fim de adequar estes impressos às alterações que se verificaram no IRS. Foi, também, criado um anexo J, que se destina à declaração dos rendimentos obtidos no estrangeiro, em 1997, por residentes em território português.

Tortura: um tratamento cruel, desumano e degradante

"Tortura significa todo o acto pelo qual dor ou sofrimento intensos, tanto físicos como mentais, sejam intencionalmente infligidos a uma pessoa por um funcionário público ou perante a instigação deste com a intenção de obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou uma confissão, de a punir por um acto que tenha cometido, ou que se suspeite ter cometido, ou de a intimidar e ela ou a outras pessoas."

(Artigo 1º - Declaração Contra a Tortura, 1975)



COMO É facilmente constatável pela definição acima transcrita, a tortura tem inerente a si um conjunto de comportamentos que não poderiam deixar de ser condenados por uma organização como a Amnistia Internacional.

Mas, recuemos um pouco no tempo para melhor percebermos o porquê da inclusão desta realidade no seu mandato, e o crescendo de importância a nível de trabalho e chamadas de atenção.

Ainda antes do nascimento do Movimento, concretamente nos anos 50, uma série de estudos foram feitos, no sentido de dar a conhecer e existência de práticas de tortura em muitas partes do Mundo. Nos anos 60 as investigações continuam, não sendo erróneo afirmar que tal interesse, e conseqüente impulso, se devem também a revelações emanadas da Argélia, em particular, devido a acontecimentos aí ocorridos entre 1954 e 1962.

Particularmente sensibilizada para a questão, a Amnistia Internacional em relatórios por si elaborados, não deixa de chamar a atenção para situações e realidades que, pela



Chile: protesto de um grupo de 150 pessoas contra a prática de tortura

sua gravidade, a ninguém deixa indiferente. Saltaram assim para a cena pública, países como a África do Sul, Rodésia, Roménia e Portugal.

O constatar da frequência do problema fez com que, sob a presidência de Martin Ennals, a Assembleia Internacional da Amnistia Internacional, que se reuniu em Estocolmo em 1968, adoptasse como um dos objectivos principais da organização, o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): "Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos e de-

gradantes."

Já em 1972, após trabalho e investigações continuadas, a Amnistia Internacional inicia oficialmente a sua Campanha para a Abolição da Tortura.

Ao longo dos anos 70 e 80 a publicação de relatórios não pára e mais países são apontados como "acolhedores" deste tipo de práticas: Chile, Brasil, Turquia, Irão, Nicarágua, Argentina, Iraque, entre outros.

Chegados que somos à década de 90, e já no seu final, que não se pense que a tortura diminuiu ou se encontra mesmo desaparecida. De facto, assim não é, e a prová-lo estão as notícias vindas nos jornais, imagens apresentadas na televisão, a sua abordagem em reuniões internacionais, o seu condenar em Declarações (caso da Declaração de Viena-1993), assim como o enorme número de casos que, continuamente, chegam aos escritórios da Amnistia Internacional.

Especificando um pouco mais a posição do Movimento no que a esta área de trabalho diz respeito, importa referir o porquê da sua inclusão a nível de mandato.

A tortura praticada, quer pelos Estados (e seus agentes), quer por grupos de oposição armada tem inerente a si práticas que, pela sua natureza, são absolutamente contrárias à dignidade humana. Porque o indivíduo tem o direito a não ser torturado, deve haver um conjunto de garantias que permitam assegurar esse mesmo direito. No entanto, e porque sabemos que assim não é, são frequentes os casos que nos dão a conhecer até onde pode descer, em racionalidade, o comportamento humano.

Os intervenientes no processo - torturador e vítima - assumem posições opostas, mas perfeitamente claras e delimitadas, tendo em conta o papel que cada um desempenha. O torturador é aquele que interroga, que insulta, que ameaça, que faz chantagem, que humilha, que ofende, que agride. É aquele que tudo controla. A vítima é aquela que é detida ou presa, que é sequestrada, que é feita "desaparecer", que passa a estar incomunicável, sem assistência judicial, nem contacto com a família ou amigos. É aquela que sofre todo o tipo de agressões.

É portanto visível um cenário muito particular, para que sobre ele nenhuma posição se tome. E a da Amnistia Internacional é de completa repulsa e condenação. É intolerável e inaceitável que, em locais vários (esquadras da polícia, prisões, centros de detenção secretos, campos e quartéis militares, campos de trabalho, etc.) se levem a cabo agressões planeadas, calculadas e com todo o tipo de previsibilidade.

Não pode, pois, haver silêncio e indiferen-

ça face a práticas que, para aqueles que as sofrem, lhes trazem graves conseqüências físicas, psicológicas e de reinserção social (caso escapem com vida e sejam libertados).

Importa ainda não esquecer que muita da tortura aplicada é direccionada não imediatamente àqueles que se pretende apanhar e condenar, mas a familiares ou amigos para que, dessa forma, os primeiros se entreguem e confessem o que de si se pretende saber.

De salientar também que a tortura e tudo o que a envolve tem a si relacionada uma outra ordem de questões. Por um lado, aquelas que dizem respeito a métodos de aplicação, por outro as que dizem respeito ao treino fornecido a Forças Policiais e Militares de países que são conhecidos como praticantes dessa mesma tortura.

A tortura pode ser aplicada de várias formas: pontapés, murros, à bastonada, com coronhas de espingardas e/ou pistolas, no bater nas plantas dos pés, na submersão da cabeça em água até ao limiar da sufocação, violação, tortura do sono, suspensões, queimaduras, choques eléctricos, entre outras.

Constata-se actualmente que os métodos de electrochoque estão em contínuo crescendo, o que nos leva a falar de uma também crescente indústria da tortura. E aqui o Ocidente tem a sua quota de responsabilidade. De facto, alguns países da Europa e EUA são grandes fabricantes e exportadores deste tipo de material, mesmo sabendo que o mesmo vai ser aplicado em situações que serão claramente cruéis e desumanas.

O mesmo se verifica no que diz respeito a treinos de Forças de Segurança/Policiais e Militares. A consciência dos cenários possíveis existe, no entanto outros valores se levantam e fazem com que não se eliminem esse tipo de situações.

Perante realidades como estas, a Amnistia Internacional chama a atenção quer de Governos, quer de Empresas produtoras de armamento, no sentido de ambos darem uma maior atenção quer à transferência de materiais, quer ao tipo de treinos administrados, assim como a quem se administram há, portanto, que atender aos fins pretendidos com os mesmos.

Considera ainda a Amnistia Internacional não serem legítimas muitas das justificações dadas por alguns Estados face a práticas adoptadas. Amputar membros, aplicar determinado número de chicotadas, apedrejar, entre outros, não podem ser considerados meios necessários ou culturalmente aceitáveis para castigar ou remediar certo tipo de situações.

Porque o Estado tem o dever de proteger os indivíduos e de criar mecanismos para eliminar a tortura, não são concebíveis desculpas quando tal não acontece. É também seu dever garantir e fazer cumprir leis que punam todos aqueles que, por comportamentos que adoptem, violem claramente os Direitos Humanos daqueles que os sofrem. A impunidade não pode, pois, ser admitida. Não devem ainda ser esquecidas as vítimas e/ou seus familiares. Também a eles o Estado deve garantir as respectivas indemnizações.

Sendo que a tortura continua a existir e os Estados a não assumirem uma posição desejável em relação à mesma, julgou a Amnistia Internacional necessário elaborar o "Programa de 12 Pontos para a Prevenção da Tortura". Espera-se que através dele a consciência de cada Estado e da Comunidade Internacional em geral, façam rever posições e adoptar novos comportamentos e atitudes.

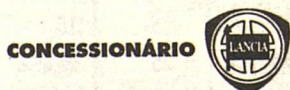
É pois preciso aprofundar os conceitos de Justiça, Tolerância e condenar aqueles que se julgam no direito de dispor arbitrariamente da vida humana.

É este o desejo da Amnistia Internacional. •
Amnistia Internacional, secção portuguesa

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA



Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quijonga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

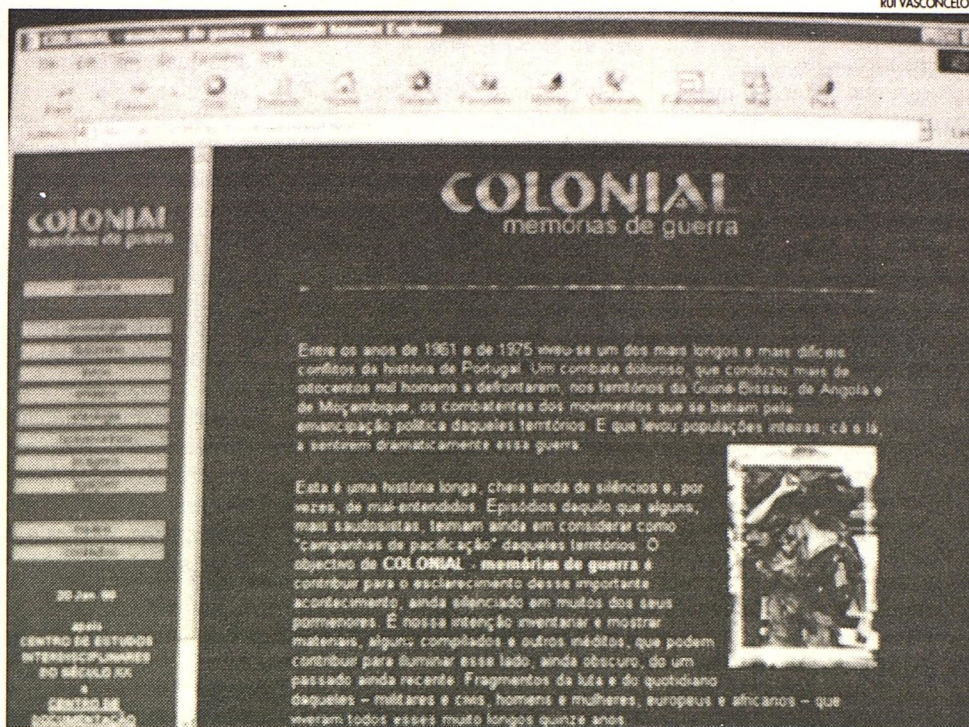
(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

http://alf.ci.uc.pt/ceis20/colonial é o endereço da Guerra Colonial na Internet

Um monumento virtual ao conflito do Ultramar

Rui Vasconcelos

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, instituição autónoma de pesquisa na área das Ciências Humanas, fundada em 1997, em colaboração com o Centro de Documentação 25 de Abril, criou e desenvolveu um projecto na Internet, que perpetua uma parte do nosso passado mais recente. O resultado desse trabalho chama-se COLONIAL - memórias de guerra e é uma espécie de monumento tão virtual quanto físico, sobre uma importante parte da História de Portugal, por onde muitos passaram e, infelizmente, outros ficaram.



Colonial: várias "portas" para entrar nas memórias de uma guerra

COLONIAL - memórias de guerra faz-nos recuar a 1961, e passa em revista os 14 anos seguintes. Entre os anos de 1961 e de 1975, Portugal viveu um dos mais longos e difíceis conflitos da sua História. Um combate doloroso, que conduziu mais de oitocentos mil homens a missões nos territórios da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, levando a que populações inteiras, cá e lá, sentissem dramaticamente o horror da guerra. Um conflito que, como tantos outros no mundo, ainda hoje continua cheia de silêncios e mal-entendidos.

Logo na página principal a explicação da razão de ser da existência deste documento na Internet fica clara: "O objectivo de COLONIAL - memórias de guerra é contribuir para o esclarecimento desse importante acontecimento, ainda silenciado em muitos dos seus pormenores. É nossa intenção inventariar e mostrar materiais, alguns compilados e outros inéditos, que podem contribuir para iluminar esse lado, ainda obscuro, do um passado ainda recente. Fragmentos da luta e do quotidiano daqueles — militares e civis, homens e mulheres, europeus e africanos — que viveram todos esses muito longos quinze anos".

Com o intuito de atingir aquilo a se propõe, COLONIAL - memórias de guerra disponibiliza várias secções para que os seus visitantes acedam de uma forma fácil e rápida às informações e assuntos pretendidas. Para isso foram criados botões - dispostos num menu para o efeito colocado no lado esquerdo da página - que servem de atalho para os lugares cujas palavras neles escritas identificam. Assim, carregando com o rato no botão com a palavra *Abertura* fica-se com uma visão globalizante do conteúdo deste projecto, as motivações e os objectivos; já clicando em *Cronologia* chega-se à Guerra Colonial e à sua época. Mês a mês, ano após ano, 215 factos ocorridos entre 10 Outubro de 1954, até 11 Novembro de 1975; No botão imediatamente abaixo está o *Dicionário*. Nele estão as pessoas, os movimentos, os factos, as ideias. Ainda em construção, o *Dicionário* terá duas versões: uma mais sucinta e com menos imagens e outra mais completa e mais bem ilustrada, acompanhada de bibliografia;

Quem estiver interessado em conhecer bibliografia sobre o tema pode fazê-lo no mesmo menu, através do botão *Livros*. A dar corpo ao conteúdo do tema estão duas áreas disponíveis: a primeira com biblio-

grafia básica sobre a Guerra Colonial (1961-75). Uma lista com 25 obras de ficção e 29 de não-ficção, de valor e conotações ideológicas por vezes bastante diferenciados e a segunda, denominada "Leituras de Colonial" é espaço destinado à recensão crítica de publicações sobre a guerra e onde se pode procurar e encomendar livros, obter dados e alguns resumos sobre os mesmos.

Enquanto através do botão *Ensaios* fica disponível uma páginas com artigos e estudos que visam produzir interpretações da guerra e do seu tempo (também ainda em construção), na *Antologia* o visitante chega a extractos de textos já publicados em livro ou noutros suportes impressos. Onde se destaca "Mas porque é que isto me havia de acontecer a mim?" (in Era uma vez um alferes, Mário de Carvalho, Edições Rolim, Lisboa, 1984); "Lembras-te, Pierre, do Úcuá?" (in Nô Cego, de Carlos Vale Ferraz, 3ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, 1995);

Mais abaixo, o botão *Testemunhos* coloca no ecrã depoimentos e informações fornecidas por aqueles que viveram a guerra, onde se apela aos ex-combatentes que falem das suas experiências (um apelo aprofundado no item *Contactos*); Já através do botão *Imagens* o visitante pode ver 27 imagens do conflito, desde do embarque às campanhas, passando pelas bases militares, e acabando na banda desenhada. Esta secção está dividida em quatro partes "Imagens sem legenda", "Fotografias legendadas", "Outras imagens" e "No mato há fome, doença e morte".

O mesmo menu permite ainda, através do botão *Ligações*, encontrar endereços na Internet em português e outras línguas relacionados com as guerras coloniais e com a sua época. Os responsáveis pelo projecto estão também ao alcance de um clique do rato, basta premir o botão *Equipa* para aparecer no ecrã a lista dos responsáveis, investigadores e colaboradores ligados a COLONIAL - memórias de guerra. Uma Equipa coordenado por Rui Bebião, professor universitário e historiador (Coimbra). Comissão em Angola entre 1974 e 1975.

Por último, a secção *Contactos* é talvez a mais aliciante de todo o projecto, e com um objectivo ilimitado. Aqui, a equipa responsável pelo projecto, pede a colaboração de todos aqueles que possam enviar para COLONIAL - memórias de guerra, cópias dos materiais de que disponham ou que possam obter e cuja di-

vilgação se revele de interesse: testemunhos pessoais redigidos na época da guerra ou posteriormente, cartas, aerogramas, diários redigidos por essa altura, livros sobre o tema publicados em Portugal e no estrangeiro, recortes de publicações periódicas nacionais e estrangeiras, fotografias, gravuras, caricaturas, obras literárias inéditas ou não - poemas, contos, textos satíricos, entre outros. De acordo com o texto disponível, "todos os contributos serão registados em nome de quem os forneça, de forma a que a autoria e/ou a propriedade desses documentos se mantenha sempre. Será, entretanto, respeitada toda a vontade expressa de anonimato, no que respeita à sua divulgação (embora quem os entregue se deva necessariamente identificar)".

Dando privilégio aos testemunhos contados na primeira pessoa, a equipa irá permanentemente aumentando e revendo toda a informação recebida, que coloca também na Internet, com o objectivo de "Apresentar a memória de situações, relacionadas com a guerra colonial, com o seu tempo e com o seu ambiente, as quais foram vividas pelos militares directa ou indirectamente envolvidos e pelas populações civis (europeias e africanas)". "Disponibilizar informação já adquirida (cronologias, bibliografias, imagens, ensaios, e outros) que possa tornar-se útil a quem pretenda conhecer ou estudar esse acontecimento". "Recolher informação dispersa ou ainda mal explorada, procurando, organizando e expondo documentação inédita. Contamos privilegiar os testemunhos idóneos, sobretudo aqueles que possam ser transmitidos por quem viveu directamente os acontecimentos". "Promover a divulgação directa de obras sobre o assunto (de carácter historiográfico, jornalístico ou literário), bem como o debate de aspectos relacionados com os seus aspectos mais polémicos e complexos". "Divulgar a realização de iniciativas e o lançamento de escritos e de outros materiais que se relacionem de um modo mais ou menos directo com os factos e o tempo das guerras coloniais e do seu termo". "Estimular o cruzamento de contactos e de experiências que possam ter sido vividos nesse contexto".

COLONIAL - memórias de guerra será por certo uma "viagem" cheia de recordações e, seguramente, um contributo, para que a memória não se apague. É que, também neste caso, é bom que ela fique bem viva, mais que não seja, para que a História não se repita. •

a amnistia na internet

AO ACEDER ao endereço <http://www.amnesty.org/>, entramos no mundo da Amnistia Internacional. Uma vez dentro da página oficial da organização pode-se encontrar toda a história da Amnistia: factos, personalidades, estatutos. Está tudo lá, até as acções e as campanhas actualmente em curso, como por exemplo, Kenya; 50 anos dos Direitos Humanos; Pena de Morte; Direitos das Mulheres; Tribunal Criminal Permanente. Além de conselhos úteis para quem estiver interessado em colaborar com esta organização não-governamental, a Amnistia Internacio-



nal disponibiliza ainda na sua página um serviço de notícias, bem como uma livraria. Ainda à disposição dos visitantes, está uma secção onde é possível receber informações gratuitas - tanto em PC como em Macintosh - sobre Tiananmen e os Direitos Humanos, assim como sobre todas as ligações relacionadas com a Amnistia Internacional e as suas delegações espalhadas por vários países do mundo. Brevemente estará também disponível a página oficial da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional. • R.V.

@ Internet: do virtual para o real

COM A globalização e a difusão planetária de informação a evoluir a todo o momento, o ELO não quis deixar de acompanhar as novas tecnologias da comunicação das quais a rede mundial de computadores, Internet, é a expressão máxima, com a particularidade de ser simultaneamente acessível a qualquer cidadão. Com um simples clique do rato é possível saltar para qualquer canto do globo. O ecrã de computador transformou-se numa janela com vista para o mundo. E afinal, uma vez ligada, a Internet é tão fácil de utilizar como qualquer electrodoméstico banal que todos nós temos em casa (nalguns casos ainda mais fácil do que isso).

No entanto, a Internet é muito mais do que um simples meio de transporte virtual e está longe de se reger pelo esquema de comunicação tradicional. Não existe um emissor e um receptor. Todos são emissores e receptores na Internet. Milhões de pessoas em todo mundo trocam diariamente opiniões entre si sobre os mais variados temas. Na rede, há informação sobre tudo, quem duvide pode confirmá-lo fazendo um pequeno teste: ligue-se à Internet, clique com o rato no botão procurar que se encontra sensivelmente ao centro no topo da página. Quando o computador lhe pedir uma palavra pista para encontrar o que pretende digite a primeira coisa que lhe vier à cabeça, seja o que for: automóvel, futebol, biologia, cães, gatos, canários, Deus, Diabo, aborto, casamento, divórcio, deficientes, guerras, minas e tudo, mas mesmo tudo, o que lhe possa vir à memória. De seguida clique enter e ficará surpreendido com a quantidade de páginas que existem na rede sobre qualquer um dos temas que escolheu.

Por estas razões - e porque a própria ADFa tem também uma página na Internet -, o ELO decidiu criar uma nova secção dedicada ao tema. Para que associados e leitores se mantenham actualizados com esta nova "moda" de que todos falam mas que nem todos conhecem, a secção @ Internet pretende encontrar, difundir e analisar páginas existentes na rede que, directa ou indirectamente, estejam relacionadas com a ADFa: deficiências em geral, conflitos mundiais, campanhas pela paz e desarmamento ou de combate à utilização de minas antipessoal, avanços na medicina ou nova legislação, e, uma vez mais, tudo o que possam ser informações úteis para os associados e leitores, seja no sentido de esclarecer, seja para ajudar a consolidar opiniões pessoais sobre temas da actualidade. No fundo, pegar no suporte virtual e transportá-lo para a realidade, para que chegue a associados e leitores.

Por último, o ELO deseja ainda que esta secção seja um espaço semelhante ao da própria rede. Um espaço aberto e de diálogo. Para isso, contamos publicar opiniões de associados e leitores que nos cheguem por correio electrónico. Mensagens, análise a páginas, divulgação de temas são algumas das sugestões que deixamos no ar. E porque a rede em si é dotada de uma forte componente pedagógica, convidamos também os filhos de associados a enviarem curiosidades ou sítios interessantes que descubram nas suas viagens pela Internet e que considerem interessante no enquadramento da secção.

Bem-vindos à secção @ Internet. E boa viagem.

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves.

O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

O que é a ADFA?

"O que é a ADFA? Porquê a sua existência? O que está por detrás da boa imagem de marca que hoje tem?"

A mulher, essa figura frágil e secundária, ao sair do altar localiza-se à direita do homem: alimenta-lhe o ego, dá-lhes filhos, esperança, amor. Ela é poesia, condescendência, magia.

A ADFA também foi a esperança de muitas vítimas de guerra. Um espaço para acalantar os seus ímpetos, o seu sofrimento, o desaire desta vida.

Muitos perderam a esperança no hospital militar, no Lar da Cruz Vermelha, na troca de mulher, na perda dos filhos...

São muitos os amputados e as amputações. E nós cá vamos tocando aqui, acariciando ali, beijando acolá...

Muitos destes homens são frios. O sangue que lhes corre nas veias é gélido. Vegetam lado a lado com os seus fantasmas que lhes sugam a existência.

"O que é a ADFA? Porquê a sua existência? O que está por detrás da boa imagem de marca que hoje tem?"

Quantos teriam a coragem de enfrentar esses fantasmas como o fez Anttonino Melo???

A dignidade do homem está em enfrentá-los apenas pela dignidade do Homem.

Hoje a ADFA tem instalações próprias que a dignificam; a maioria dos sócios - e sobretudo os que nada têm - usufruem de uma choruda pensão; representa-se no parlamento e ainda se vê envolvida no Prémio Nobel da Paz.

Grande caminhada... "O que é a ADFA?..."

Alexandra Daniel li o seu extraordinário artigo.

O destino privilegiou-me com um mestrado, aprendi a tocar piano, a falar francês e até russo. Gosto de mordomias e de fausto. Casei, por opção, com um "morto". Luto determinantemente por ele. A ADFA arranhou-lhe uma magra pensão vitalícia e uma grande dor de cabeça.

Mantemo-nos fiéis nos nossos ideais.

Vivemos com eles, mesmo mutilados, porque não somos "...a ADFA, a tal que se esconde..."

A nossa imagem de marca reside na outra ADFA em que a parte económica alimenta a boca e onde as mulheres, companheiras de verdade, são ele-

mentos activos na vida associativa, alimentando-lhes as emoções.

Não pensem que cortar um membro é solução para vitalizar o outro!

"Adeus, até ao meu regresso."

*Fernanda Pinheiro
(Esposa do sócio n.º 244
José Martins Maia)*

Aerograma dois

Pensei seriamente se valeria a pena escrever mais alguma coisa para o nosso jornal ELO, mas depois de pensar algum tempo, após reflectir nesta quadra natalícia, optei por escrever mais uma letras.

Na verdade, embora não seja meu hábito escrever, não poderei deixar passar em claro, o facto do último jornal de Dezembro, mencionar que as eleições havidas para os Órgãos Sociais Nacionais da nossa Associação, os associados apostaram na continuidade, ou seja, deram a vitória à Lista A.

Ora, a verdade é que embora não esteja em causa a vitória, acho que a referida notícia peca por exagero, porquanto parece-me inadmissível que seja apresentado no nosso jornal, nomeadamente na página nº 8 que os elementos eleitos para os Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN e CFN) para o triénio 1997/2000, sejam todos eles afectos à Lista A, dado que segundo creio, até tomaram posse três elementos para o CFN afectos à Lista B.

Seja-me permitido fazer este reparo, mas parece-me que houve pouco cuidado de quem é o responsável pelo nosso jornal, porquanto há que ter o máximo de isenção e espírito democrático, pese embora tais situações custem a admitir.

Muito mais poderia ser dito, mas por agora fico-me por aqui, dado que não quero, nem estou interessado em alimentar polémicas que por vezes se tornam fúteis e estereis.

*José Alberto
Bento Raimundo
Sócio n.º 11521*

NOTA DA REDACÇÃO — Quanto ao quadro com três nomes errados, um novo quadro acompanha esta edição (pag.2), repondo assim uma falha obviamente involuntária. Quanto ao que considera exagero, não conseguimos perceber se se refere ao conteúdo factual do texto ou ao erro no referido quadro, agora corrigido.

Vária associativa

Ao chegar ao final do ano de 1997, somos confrontados com diversas situações que cada vez mais rapidamente nos aproximam do ano 2000, que se prevê uma viragem, um marco histórica na sociedade que, a concretizar-se a adesão à moeda única com certeza que nós, portugueses, vamos beneficiar com toda esta mudança e mais tarde ou mais cedo vamos atingir um nível de vida em igualdade com todos os países europeus.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem sabido estar na sociedade de uma forma responsável, como grande Associação que é, representante de Portugal no mundo através da FMAC, Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra a quem levou e transmitiu novas ideias, novas formas de pensar, de dirigir, de encontrar soluções para a resolução dos muitos problemas que afectam os combatentes e vítimas de guerra de todo o mundo.

Esta forma de estar na sociedade, no mundo associativo, faz com que todos os dirigentes e principalmente a Direcção Nacional, apoiada pelas suas delegações, estejam sempre atentos e actuautes e no fundo, preparados para as grandes transformações que se vão verificando a nível nacional e internacional, por de facto, volvidos que são 23 anos depois do grito da liberdade, a legislação que abrange os deficientes militares continua a ser insuficiente, desactualizada ao mundo em que vivemos.

Não vou aqui especificar o que deve ou não ser feito, até porque existe um projecto legislativo que se encontra no Ministério da Defesa Nacional, ao qual a Direcção Nacional através do seu representante no Conselho Consultivo tem sabido estar com uma postura correcta, sabendo nós o quanto é difícil preparar e alterar a legislação existente, de forma a que venham a ser criadas as condições necessárias para que os deficientes militares e suas famílias venham a ter uma vida digna, sem sobressaltos e que amanhã venham a ter uma velhice tranquila, sem o fantasma do medo de morrerem na miséria, como acontece com algumas famílias que depois do falecimento do homem, do combatente que combateu ao serviço da pátria, deixa a

família no mais profundo abandono, sem qualquer sustento para a viúva e seus filhos.

No final do ano passado, a ADFA viveu mais um momento alto da sua história com a realização das eleições livres e democráticas a que concorreram para o Órgão Nacional duas listas e para os Órgãos Locais a todas as delegações concorreu uma só lista. Foi de facto um acto eleitoral vivo, mas do meu ponto de vista o acto eleitoral começou bem mais cedo do que devia, com os chamados jantares a que eu chamei "jantares de mal dizer, jantares de desestabilização" de uma descaradeza atroz, com insultos nada apropriados, levados a efeito por dois ou três associados que se dizem muito cultos, com muita sabedoria, mas que de facto se a cultura que dizem possuir é esta, devem guardá-la bem guardadinha para que assim, sim, prestarem um bom serviço à sociedade de gaveta, à sociedade fechada a uma sociedade só para eles, porque com esta forma de agir, de comunicar com os outros só se for como o disse, numa sociedade fechada, de gaveta. Sempre e sempre bem fechada!

Com todas estas situações criadas em volta do acto eleitoral, a resposta dos associados foi clara, precisa e concisa, com uma votação, em grande escala na Lista A, que foi aquela lista que tem um projecto apoiado por as delegações, no seu todo nacional, o que veio a proporcionar uma rotunda derrota para a Lista B que não soube, não quis aceitar a vontade dos associados e estes sim, é que escolhem, é quem sabem dizer quem querem à frente dos destinos da ADFA. Em democracia é assim, quem vive na sociedade livre e independente, deve, tem que respeitar a vontade da maioria, porque de facto os associados a manifestaram com o voto maciçamente na Lista A, e quem somos nós para contrariar quem expressa a sua vontade livremente e sem medo. Mas alguns candidatos da Lista B como já o tinham efectuado nos "jantares de mal dizer", continuaram com as arruaças, com as provocações próprias de quem está desesperado, próprio de quem não está nas suas faculdades totais de pessoa altamente culta, que se dizem ser, mas que de facto, ao agirem assim, toda a sua cultura fica lamachada.

As diferentes atitudes ao analisar situações complexas sem se preocuparem com a verdade dos factos contradizem-se e induzem-se a si próprios em erros graves, com consequências catastróficas que se não houver uma intervenção forte e uma análise correcta aos problemas para com a personalidade visada e a própria ADFA pode ser muito nocivo, dizendo o inquérito, já em marcha, de que parte se cometeram os erros e com justiça averiguar as responsabilidades, não é com acusações sem fundamento que se analisa e responsabiliza seja quem quer que seja, a veracidade dos factos acima de tudo, e quem cometeu os erros, terá que pagar por isso, mas até à conclusão do inquérito ninguém pode ser culpabilizado e muito menos julgado por quem quer que seja. V. Ex.as perderam, os sócios disseram "não" às provocações, por isso, não se metam, não prejudiquem mais a instituição de bem que é a ADFA e deixem governar em paz quem ganhou.

Penso que as pessoas devem pensar onde estão, para onde querem ir, o que querem para eles e para os outros, falo assim porque de facto as pessoas que se dizem responsáveis, que queriam ter responsabilidades associativas agiram com uma irresponsabilidade que nos deram mais um mau exemplo no 23º Aniversário do ELO, de como se não deve estar em comunidade numa sociedade que queremos mais humana e mais justa, que eu saiba e por aquilo que conheço da vida, não vejo, nem perspectivando pessoas (burras), conheço sim, é pessoas mais dotadas e pessoas menos dotadas, não percebendo assim das burrices que tanto falam e querem para os outros, mas se de facto entendem que há essas burrices todas de que tão propaladamente apregoam, pois que enfiam a carapuça que lhes assenta muito bem.

É perfeitamente lamentável que no limiar do século XXI se pense assim à ADFA e termino esta vária que como dizia o meu amigo doutor, vária é tudo aquilo que se passa na vida que nos rodeia, que nos preocupa, sempre em defesa da honra de cada um e daqueles por quem somos responsáveis, todos os associados.

*João Gonçalves
Sócio n.º 684*

EUROPEU DE
ORTOPEDIA
CENTRO

**PRÓTESES
ORTÓTESES**

• CALÇADO ORTOPÉDICO • FUNDAS SOCOS • CINTAS MEDICINAIS
• BENGALAS CANADIANAS • MEIAS ELÁSTICAS E DESCANSO •
COLETES ORTOPÉDICOS • CADEIRAS DE RODAS, ETC.

TELEFONE 01- 315 36 71 — FAX 01- 355 57 56
RUA PONTA DELGADA, 53/53-A/B — 1000 LISBOA

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

*Há mais de 20 anos,
a qualidade e a melhor impressão*

TODO O TIPO DE ARTES GRAFICAS

• fotocomposição • offset
• montagem • tipografia

Rua da Artilharia Um (anexo do Hospital

Militar Principal) 1100 Lisboa

Telefone 385 35 93

HMP, uma experiência positiva!

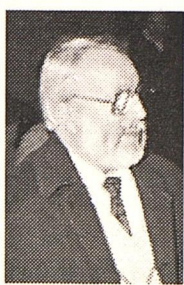
TÊM SIDO diversas as alusões, em boa hora feitas no nosso jornal, à desumanização de relacionamento e incorrecto atendimento dos nossos associados em alguns serviços do HMP; nuns casos por falta de verba, noutros por excesso de zelo e burocracia ou, até, por incapacidade de comunicação e urbanidade no contacto, mas, na verdade os problemas surgiram e alguns deles foram divulgados nestas páginas.

Não pondo em causa qualquer das verídicas razões, aqui apresentadas por outros utentes dos serviços daquele hospital, acho que devo realçar a minha positiva experiência, desde Junho de 1970, para que se não façam conjecturas com o facto da existência da nossa Associação, ou da minha presença no seu executivo, circunstância que nunca relevo para a forma como encarei, e fui encarado, na utilização dos cuidados de saúde do HMP.

Embora a minha experiência seja, na generalidade, de sinal muito positivo, e isso talvez tenha que ver com os serviços a que acorro, pretendo salientar aquela que comigo se passou, no dia 3 de Dezembro do ano findo.

Por efeito pós-operatório das cinco intervenções cirúrgicas, a que tinha sido submetido o meu olho direito, o vítreo criara filamentos, que se constituíram em membranas, e, exercendo tracção sobre a retina, em 30 de Novembro, provocaram o seu descolamento. Urgia uma solução rápida para evitar a cegueira!

Dado que, neste caso, vinha sendo acompanhado por médico particular, altamente especializado na



Patuleia Mendes

matéria, logo dia 2 de Dezembro ele decidiu, com a minha anuência, uma cirurgia de alto risco e com carácter de urgência, a qual teria lugar num hospital privado.

No dia seguinte, pela manhã, dirigi-me ao Serviço de Oftalmologia do HMP onde, com um relatório do cirurgião, apresentei a situação. O sargento responsável do Serviço desbloqueou a parte burocrática e o médico oftalmologista, chefe da clínica, efectuou a proposta para que a intervenção se concretizasse conforme era preconizado; seguidamente, e por diligência daquele sargento, a dita proposta foi autorizada pelo director daquele estabelecimento de saúde militar, tendo, durante a mesma manhã, a Secção Financeira elaborado o termo de responsabilidade, assumindo o pagamento das despesas com a intervenção e internamento.

A operação teve lugar no dia 9 de Dezembro e saldou-se, até ao momento, por um êxito cirúrgico, o que permitiu que a minha cegueira completa tenha sido adiada para mais tarde!

Exercido, que foi, o estipulado no decreto-lei n.º 43/76 e posto em prática um dos meus direitos, cuja aplicação não tive que invocar, para que o fosse, tal como para a aceleridade da resolução do processo, reconheço que nos assiste o legítimo direito à indignação quando o que nos é devido nos não é prestado, e com dignidade, mas estou certo que nos cabe também, e por imperativo de justiça, realçar todo o tipo de procedimentos relativos à nossa reabilitação, quando eles são exercidos e com eficácia relevante. •

O ELO há 22 anos

Decreto-Lei dos DFA Publicado no "Diário do Governo"

A ESMAGADORA maioria dos Deficientes das F.A. não são abrangidos enquanto os que eram já eram beneficiados são privilegiados

Acaba de ser publicado, depois de aprovado pelo Governo e promulgado pelo Presidente da República, o Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas. Tal como tem sido afirmado nas páginas deste jornal, a posição da Associação não é, nem pode ser, de modo nenhum, de concordância com o teor deste decreto. A posição da Associação foi expressa logo após a publicação do decreto, através de um comunicado emitido pela Direcção e que a seguir se transcreve.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) acaba de ter conhecimento da publicação do Decreto-Lei dos DFA no «Diário do Governo» de 20 de Janeiro.

Como é do conhecimento público, a partir de dada altura o Decreto-Lei dos DFA, elaborado com a participação da ADFA, deixou de ser o mesmo que o Conselho da Revolução e o Governo se preparavam para aprovar. A ADFA havia empenhado todas as suas capacidades num trabalho que deverá levar ao estabelecimento de condições iguais para todos os Deficientes do foro militar, contrapondo uma fórmula de unidade e equidade aos métodos divisionistas e discriminatórios dos governantes do antigo regime.

O Decreto-Lei que o Governo acaba de apresentar ao País, além de prosseguir na política estratificadora e divisionista, ainda a aprofundou, privilegiando os já beneficiados.

Esta Associação é constituída por todos aqueles que no cumprimento do serviço militar contraíram deficiências, e por todos eles, indistintamente do local ou circunstâncias do acidente, lutará até atingir uma justiça baseada no grau de dificuldades e necessidades de cada um.

Porque o Decreto-Lei agora publicado deixa em total abandono a maioria dos DFA, aqueles que mais necessitam e que constituíram exactamente a maior razão de ser da ADFA, não pode esta Associação aceitar um Decreto-Lei que é contrário aos princípios e interesses de todos os Deficientes que, aliás, democraticamente o vêm afirmando nas sucessivas Assembleias Gerais.

Lisboa, 21 de Janeiro de 1976
A Direcção



(in ELO n.º 27 - 31 de Janeiro de 1976)

Perigo de explosão

Gil Luís Garcia*

AS ELEIÇÕES para os Órgãos Sociais, que tiveram lugar no passado dia 15 de Dezembro, ficaram marcadas pela grande participação associativa que levou cerca de 2.300 associados a pronunciarem-se sobre aqueles que se propuseram conduzir os destinos da ADFA. Aos eleitos só resta agora trabalhar no sentido de realizar as aspirações dos que neles confiaram. Trabalho e canseiras não faltarão pelo que são merecedores do apoio e solidariedade de todos nós. As negociações com o Governo sobre as reivindicações da ADFA expressas no documento "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", entregue no Ministério da Defesa Nacional, estão longe de terem resolução satisfatória pelo que se impõe persistência e coragem na

defesa destas aspirações legítimas.

Que o Conselho Consultivo, onde a ADFA tem levado os nossos problemas e defendido as nossas reivindicações (pela actuação intransigente e corajosa no nosso camarada e director nacional Catarino Salgado) não se transforme na Comissão Militar de Reabilitação e Assistência extinta em 1982 e que tanto poderia ter feito em prol dos Deficientes Militares.

Finalmente faço sinceros votos de que as justas aspirações da ADFA não demorem muito a ser satisfeitas pois após 23 anos de luta já não há mais lugar para demagogias. A cavilha da granada está nas mãos do Governo e nomeadamente do Ministério da Defesa Nacional. Esperemos que ela não salte... •

*Conselheiro da Delegação do Porto



Grupo Volkswagen

CARLAR, S.A.

A Carlar, S.A. oferece atendimento personalizado em toda a linha Skoda, exclusivamente para deficientes

Vendas especiais para deficientes



a SKODA convida-o a vir experimentar a nova gama FELICIA, agora equipada com:

- Direcção Assistida
- Injecção Multi-Ponto
- Novos Motores Diesel
- ABS + AirBag*

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa
Tel: (01) 362 06 20
António Bernardes
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes
Telemóvel: 0936 62 60 41
Res. Telef. (063) 790267



Grupo Volkswagen

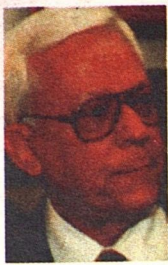
«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados



Os pequenos delinquentes

Guilherme de Melo

A criminalidade volta a estar na ordem do dia, sobretudo depois das polémicas declarações do Presidente da República a respeito da sobrelotação das cadeias portuguesas. Segundo Jorge Sampaio, Portugal é o país da União Europeia com maior população prisional em termos relativos, o que não deixa de ser um escândalo e uma vergonha aos olhos dos nossos parceiros comunitários. E tudo porque, ainda segundo ele, se estará a dar demasiada importância à chamada pequena criminalidade, atafalhando as cadeias de jovens caídos nas malhas da lei por delitos que não vão afinal mais longe do que o simples roubo de carteiras, fios pelo processo de esticção e assaltos a indivíduos com recurso à ameaça por ponta e mola ou pelo método da seringa supostamente infectada com o HIV. O Presidente é de opinião que esses ratoneiros deveriam ver as penas a que os tribunais os condenem substituídas por trabalhos cívicos cumpridos em liberdade ou por multas em dinheiro. As cadeias, essas, ficariam reservadas para os grandes criminosos.

Se, para muitos, as censuras de Sampaio caíram bem, para a grande maioria da população portuguesa elas tornaram-se motivo de indignada crítica. Durante dias a fio, quem andasse pelo metro ou nos autocarros, quem se misturasse com o povo nos mercados e vendas de bairro não deixaria de ouvir matronas e merceiros, velhos reformados e reparaguinhas dos shoppings darem livre curso à sua indignação, achando que o Presidente só falava assim porque podia sair à rua tranquilamente, rodeado de guarda-costas e sem correr o risco de ficar sem o dinheiro do vale que acabasse de levantar na estação de correios nem se preocupar com o que pudesse acontecer aos filhos ao sair do liceu para virem para casa, como a tantos outros adolescentes que se vêem desapaosados dos seus relógios e blusões sob a ameaça de gangs de jovens toxicod dependentes que lhes saltam ao caminho. Mais ainda: que, se até agora essa "pequena delinquência" tem florescido de forma imparável, em grande parte porque quem a pratica pouco ou nada se rala com os rigores da Lei, exactamente porque esta é pouco rigorosa nas penas que aplica, a partir de agora ainda mais à vontade se sentirão os que a ela se dedicam porque, em seu entender, "temos o Presidente por nós".

É evidente que se trata de uma leitura apressada das palavras de Jorge Sampaio. Mas para o grande público é isto, de facto, o que se deduzirá das suas afirmações. O que não deixa de ser preocupante. É preocupante para os dois lados: público e delinquentes. Em termos de grande público porque revela, da parte deste, uma apetência cada vez maior pela repressão e a severidade no combate à criminalidade pequena ou grande, não interessa que diariamente sente na pele e nos bolsos; e quanto aos delinquentes propriamente ditos pelo sentimento de não gravidade dos seus actos, como, oportunisticamente, se apressa a concluir. De repente, de pequenos carrascos, que não deixam efectivamente de o ser, passam, aos seus próprios olhos, a grandes vítimas nas mãos da polícia e dos juizes. Naturalmente que não foi isto o que o Presidente da República pretendeu. Mas de boas intenções, convenhamos, está há muito o inferno cheio.

As palavras do Presidente tiveram a força de um alerta e o dobre de um indignado protesto contra a solução até agora encontrada e que de facto o não é. Mas para muitos dos cidadãos anónimos que diariamente se vêem, na rua, despojados das suas carteiras e dos seus documentos, que chegam a casa e as encontram devassadas e limpas de seus pertences mais valiosos e que têm de ir em cada fim de tarde buscar seus filhos ou netos à escola para que os não vejam regressar feridos da agressão sofrida para lhes furtarem a meia dúzia de moedas que levavam nos bolsos ou a mochila de marca suspensa das costas, elas foram apenas uma infeliz desculpabilização dos culpados de tudo isso.

Não espanta, assim, que a medida anunciada pelo Governo, no sentido de ter posto a temida polícia de choque na rua, a patrulhar, primeiro no Porto, mais logo em Lisboa, os bairros mais problemáticos, tenha sido tão bem acolhida por esse mesmo povo anónimo, a avaliar pelas entrevistas de rua transmitidas nos telejornais. Mais ainda: e que muita gente a tenha entendido como uma resposta indirecta às bocas de Belém, sobretudo atendendo à prontidão com que o ministro da Administração Interna a implementou, logo poucos dias volvidos após as críticas do Presidente. Mas não: deve ter sido pura coincidência... •



DIRECTOR: António Carreiro
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319
 Email: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Ministro da Defesa recebe Direcção Nacional da ADFA

NO PASSADO dia 26 de Janeiro foram recebidos, em audiência pelo Senhor Ministro, os elementos da Direcção Nacional, Humberto Sertório, Catarino Salgado e Hugo Guerra e o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Mauricio.

Esta audiência vem na sequência de um primeiro pedido efectuado após a remodelação governamental e porque estando os problemas da Associação directamente ligados ao Ministério que mudou de titular, veio a atrasar o desenvolvimento regular dos processos que, no ano anterior, já haviam recolhido concordância do MDN.

Concretamente referimo-nos a assuntos tão importantes como:

- 1 - Projectos legislativos em estudo na Secretaria de Estado do Orçamento
- 2 - Situação dos associados internados no anexo do HMP
- 3 - Regulamentação da Lei 100/97
- 4 - Tipografia-Escola da ADFA
- 5 - Orçamento da ADFA

De realçar que, uma das partes intervenientes, é a Secretaria de Estado do Orçamento a quem, já em Julho de 1997, haviam sido pedidos pareceres sobre o enquadramento orçamental da aplicação de tais diplomas e até à data desta audiência, ainda o Ministério da Defesa não havia recebido respostas conclusivas.

Sabendo nós que a legislação para os deficientes militares necessita naturalmente da anuência da Caixa Geral de Aposentações e da Secretaria de Estado do Orçamento, a Direcção Nacional da ADFA em 10Dez97 solicitou uma audiência à Secretaria de Estado na intenção de desbloquear este assunto, obtendo uma resposta negativa com a argumentação de que estariam a ser ouvidos "todos os serviços intervenientes", sendo o assunto canalizado directamente para o MDN.

Após o relembrar desta tramitação, vamos à entrevista com o Senhor Ministro

Mostrou-se um membro do Governo conhecedor de grande parte da problemática que nos incomoda e envolve em disputa com as autoridades desde o início da Guerra Colonial.

Solicitou-nos informações circunstanciadas sobre alguns dossiers que, a seu ver, estariam demasiado burocratizados e mostrou-se muito interessado no funcionamento e dinâmica do Conselho Con-



O ministro (à direita) reunido com a DN

sultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (C.C.A.D.F.A.) que já não reunia desde 12 de Novembro de 1997, sem motivo aparente.

A importância que o Senhor Ministro atribui a este Conselho pensamos que fica demonstrada por duas ordens de razão:

1 - Decidiu presidir à próxima reunião deste Conselho

2 - Solicitou à ADFA que apresente alterações ao funcionamento do mesmo, desde que haja benefícios para o desenvolvimento das suas funções.

A data em que se elabora esta informação aos associados podemos anunciar a recepção da convocatória para a próxima reunião que terá lugar em 12 de Fevereiro próximo, com a seguinte proposta de Agenda:

- 1 - Aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - Informações
- 3 - Deficientes internados no Anexo do HMP
- 4 - Núcleos da ADFA nos Palop

Porque seria demasiado exaustivo transcrever aqui todos os assuntos tratados na reunião anterior vamos só referir que os mesmos têm vindo a ser tratados em todas as reuniões deste Conselho e que, na sua essência, vêm ao encontro dos anseios expressos no Caderno Reivindicativo denominado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares".

Do mesmo resulta que, a não haver obstáculos orçamentais de maior, teremos dentro em breve aprovados os Diplomas Legais que consagram:

- Situação das viúvas sem pensão
- Deficientes sem pensão

Comunicado

ESGOTADAS todas as possibilidades de se atingir um consenso que permita reunir as condições mínimas exigidas para editar um jornal, a actual equipa responsável pelo ELO - redactorial e gráfica, com excepção do jornalista correspondente do Norte - cessa as suas funções a partir do presente número.

A REDACÇÃO

- Deficientes em serviço (Acumulação)
- Junta Médica da CGA e Militar

Se a Secretaria de Estado do Orçamento não puder responder afirmativamente às questões orçamentais recolocadas pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, em meados deste mês, ficamos com a garantia de que o assunto será objecto de conversações a nível do Ministro das Finanças com o titular da Defesa Nacional.

Face a esta tomada de posição, manifestou-se ao Senhor Ministro o nosso desagrado pelos constantes adiamentos em matérias que já mereceram a concordância política e ficamos aguardando, mais uma vez 15 dias, pelo cumprimento desta promessa.

Os elementos dos Órgãos Nacionais sensibilizaram ainda o Senhor Ministro para a incoerência que pode gerar na nossa massa associativa o facto de vermos os "mass mediá" a intervir diariamente nas mais controversas áreas relacionadas com a Guerra Colonial e quase se não falar nos problemas concretos que ainda afligem os deficientes militares.

Isto porque, apesar de tudo, tem sido a ADFA, a protagonizar em grande parte os anseios justos das vítimas de guerra numa perspectiva de que a "justiça prevalecerá" e as injustiças serão reparadas.

Realçamos ainda que os associados têm manifestado aos elementos seus representantes a confiança na condução do processo, mas que após 23 anos do terminar da guerra os deficientes militares que ainda procuram a resolução para os seus problemas, estão em desespero e não aceitam que uma remodelação governamental "emperre" a máquina administrativa da qual, infelizmente, dependem.

Foi igualmente referido ao Senhor Ministro que os preâmbulos dos vários Decretos que legislam sobre a situação dos deficiente militares dizem "...são os mesmos credores por parte da Nação, de uma reparação pelos danos morais, físicos e psíquicos..." pelo que, não se entende a razão porque após os legisladores assim decidirem não se consegue ultrapassar a barreira da tramitação burocrática.

Cremos chegada a altura dos políticos assumirem frontalmente a execução das suas decisões e definições políticas.

Lisboa, Janeiro de 1998
 A Direcção Nacional

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado

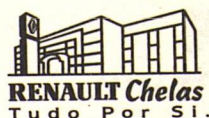


Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

